



portalbenews.com.br



OPINIÃO Marcelo Sammarco:
Convenções da IMO podem
modernizar ambiente regulatório
marítimo ► **p12**



COMUNICAÇÃO O fim
da tendência não elimina a
responsabilidade das empresas,
afirma Clara Laface ► **p21**

Divulgação

Vazante do Rio Negro acelera e pressiona logística no AM

Queda chega a 2,83 metros em setembro e mantém atenção
sobre calado, transporte de cargas e acesso a comunidades ► **p11**

Reprodução



**Egito quer parceria
logística com
Paranaguá (PR)**
► **HUB**

**Temporal danifica
estruturas e paralisa
operações em terminal
de Rio Grande** ► **p10**

AVIAÇÃO Aviação brasileira
transporta 11,5 milhões
de passageiros em agosto
► **p13**

AEROPORTOS Guarulhos
está entre os 50 aeroportos
mais conectados do mundo
► **p13**

RODOVIAS ANTT suspende
testes de controle de
velocidade média em rodovias
► **p14**

EDITORIAL

Alerta nos rios da Amazônia

O nível das águas do Rio Negro estava em 24,09 metros no início deste mês de setembro. Na sexta-feira, já marcava 21,26 metros, uma queda de 2,83 metros em dezoito dias, com o ritmo atual de 18 centímetros por dia superando o observado na mesma data nos três anos anteriores ao recorde negativo de 2024. A cota ainda está 9,15 metros acima da marca histórica de 12,11 metros registrada em outubro daquele ano, e o Serviço Geológico do Brasil (SGB) informa que a maior parte dos rios amazônicos está dentro do esperado para o período de vazante. Isso é o contexto que impede o alarmismo, e que não deve ser confundido com ausência de risco. O que os dados desta semana descrevem é um rio que desce mais rápido do que o habitual, numa região onde a velocidade da descida determina quanto tempo os operadores de transporte hidroviário têm para se adaptar antes que o calado disponível se torne restritivo.

A distinção que o SGB faz entre o comportamento do Rio Negro, dentro do esperado para o período, mas com ritmo acelerado, e a bacia do Rio Branco, em Roraima, onde os níveis estão abaixo das mínimas históricas para o período, é relevante para a gestão do risco logístico. Roraima é o caso mais urgente: níveis abaixo das mínimas históricas indicam condição anormal que pode comprometer operações de navegação com antecedência menor do que o padrão do período de vazante. O Rio Negro, com seu ritmo acelerado mas cota ainda elevada, oferece uma janela de adaptação que a bacia do Rio Branco pode não estar oferecendo. Essa distinção precisaria estar na mesa das autoridades responsáveis pelo transporte aquaviário na região, com planos de contingência diferenciados para cada bacia, e não com resposta uniforme ao conceito genérico de “seca amazônica”.

O que torna esses dados particularmente relevantes neste momento é seu contexto. A dragagem emergencial do Rio Tapajós, cuja autorização permaneceu em impasse entre o DNIT, o Ministério Público Federal e as comunidades ribeirinhas por semanas, até ser definitivamente cancelada, demonstrou que o Brasil ainda não tem o mecanismo institucional que permite agir preventivamente nas hidrovias amazônicas quando os indicadores sinalizam risco com antecedência suficiente. O Instituto Brasileiro de Petróleo calculou que a paralisação do Tapajós poderá forçar o deslocamento de 22 mil caminhões adicionais por ano para as rodovias. O Rio Negro descendo a 18 centímetros por dia é o tipo de dado que deveria acionar automaticamente protocolos de preparação, não apenas monitoramento, mas ação prévia sobre os trechos críticos de menor profundidade que limitarão a navegação quando a cota cair mais.

O monitoramento hidrológico que o SGB realiza é tecnicamente sólido e está sendo comunicado com clareza. O problema não está na informação. O desafio está no que acontece com ela depois. Saber que o Rio Negro desce a 18 centímetros por dia, que o Rio Branco está abaixo das mínimas históricas e que a vazante dependerá das chuvas de setembro a novembro são dados que deveriam alimentar, de forma automática, um sistema de resposta logística com protocolos definidos: quais trechos serão dragados preventivamente, quais rotas serão adaptadas, quais comunidades precisarão de abastecimento alternativo e com qual antecedência essas decisões precisam ser tomadas para chegar a tempo. Esse sistema não existe de forma institucionalizada no Brasil. E cada nova seca demonstra o custo da sua ausência.

A dependência do comportamento das chuvas entre setembro e novembro é a variável que ninguém controla. Mas a preparação para os cenários possíveis é a variável que o Estado pode e deve gerenciar. Se as precipitações previstas não se confirmarem, a vazante se prolongará nas calhas dos rios Amazonas, Solimões, Negro e Tapajós, segundo o SGB. Para 7,5 milhões de pessoas que dependem dessas hidrovias para receber combustíveis, alimentos e medicamentos, o prolongamento da vazante sem preparação adequada não se limita a um fenômeno climático. Para elas, será uma falha de gestão pública com consequências verificáveis em preço, acesso e qualidade de vida. O Rio Negro desceu 2,83 metros em dezoito dias. O Brasil tem algumas semanas para agir antes que a janela de preparação se feche.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
11 Rio Negro perde 36 centímetros em dois dias e acelera vazante em Manaus

- EDITORIAL
- 2 Alerta nos rios da Amazônia
- INSIGHT
- 3 “Quando sustentabilidade passa a fazer parte da operação”, por Ricardo Arten
- HUB
- 4 Egito quer parceria logística com Paranaguá (PR)
- POLÍTICA
- 4 Candidatos não podem ser presos desde sábado
- 6 Trump descartou interferência nas eleições brasileiras, diz Lula Caiado: voto em Flávio é roleta russa
- 7 Deputado aciona STF para apurar emendas de Flávio desde 2019 TSE tem maioria para suspender Deltan
- 8 Ministério da Justiça demite Eduardo Bolsonaro de cargo na PF Haddad ataca Tarcísio por ‘faltas’
- POLÍTICA | OPINIÃO
- 9 “Problemas complexos exigem propostas sistêmicas”, por Augusto César Barreto Rocha
- TRANSPORTES | PORTOS
- 10 Temporal danifica estruturas e paralisa operações em terminal
- TRANSPORTES | HIDROVIAS
- 11 Hidrovias do Brasil abre vagas em São Paulo e no Pará
- TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO > OPINIÃO
- 12 “O Brasil na rota das convenções IMO: segurança jurídica e boas práticas para o desenvolvimento econômico sustentável”, por Marcelo Sammarco
- TRANSPORTES | AVIAÇÃO
- 13 Aviação brasileira transporta 11,5 milhões de passageiros em agosto
- TRANSPORTES | AEROPORTOS
- 13 Guarulhos está entre os 50 aeroportos mais conectados do mundo
- TRANSPORTES / RODOVIAS
- 14 ANTT suspende testes de controle de velocidade média em rodovias
- 15 Operação do Free Flow no SAI deve ficar para o ano que vem Multilog compra 30 caminhões para reforçar operações no Sul e Sudeste
- MINERAÇÃO
- 16 Vale vê em Carajás principal potencial de geração de valor
- PETRÓLEO E GÁS
- 17 ANP mira empresas independentes em novos leilões de petróleo e gás
- ENERGIA
- 17 Vibra contrata R\$ 1,28 bi em fornecimento de etanol
- INDÚSTRIA
- 18 Intenção de investimento da indústria recua 1,3 ponto em setembro
- INOVAÇÃO & TECNOLOGIA
- 18 Startup estreia com plataforma digital para laudos cautelares de veículos
- COMÉRCIO EXTERIOR
- 19 Lula contesta tarifaço e afirma que Trump age como um imperador EUA e China negociam tarifas e IA
- FINANÇAS
- 20 Ibovespa sobe com procura por ativos de risco no exterior Dólar recua 0,70%, cotado a R\$ 5,10
- COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO
- 21 “Quando a tendência passa, a responsabilidade fica”, por Clara Laface
- JUSTIÇA
- 22 Moraes se declara impedido de relatar ação sobre sua mulher Dino mantém decreto de MG contra bets
- INTERNACIONAL
- 23 Em protesto contra Trump, TVs boicotam cobertura da Casa Branca China pune generais por corrupção
- 24 Nos EUA, Lula faz duras críticas ao Conselho de Segurança da ONU



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor |Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





RICARDO ARTÉN
CEO do Porto Itapoá

opinioao@portalbenews.com.br

► GESTÃO

Quando sustentabilidade passa a fazer parte da operação

Em uma operação portuária, a água está presente em atividades que fazem parte da rotina. Sanitários, limpeza, veículos, estruturas administrativas. São usos que parecem pequenos quando observados separadamente, mas representam um volume significativo ao longo do tempo.

Por essa razão, a gestão da água precisa estar presente nas decisões da operação. No Porto Itapoá, temos investido em tratamento, reúso e tecnologia para reduzir o consumo de água potável e aproveitar melhor os recursos disponíveis.

Desde a inauguração da III fase de expansão, em janeiro de 2024, temos reutilizado cerca de 1 milhão de litros de água por ano. O resultado vem da Estação de Reuso de Água, que utiliza tecnologia de membranas e tem capacidade para tratar até 10 mil litros por dia.

A água tratada é destinada a atividades como abastecimento de sanitários, lavagem de veículos e gestão de resíduos. Sempre que uma atividade não exige água potável, avaliamos a possibilidade de utilizar água tratada. Parece simples, mas exige estrutura, controle e acompanhamento.

Esse cuidado ganha importância conforme a operação cresce. Uma expansão aumenta a capacidade do terminal, mas também amplia o uso de recursos. Precisamos considerar os dois movimentos ao mesmo tempo: crescer e encontrar formas mais eficientes de operar.

O tema do Dia Marítimo Mundial ajuda a colocar essa discussão em perspectiva. Em 2026 e 2027, a Organização Marítima Internacional (IMO) escolheu “From Policy to Practice: Powering Maritime Excellence”, destacando a necessidade de transformar compromissos em ações concretas.

Essa ideia faz sentido para a sustentabilidade portuária. Metas e políticas são importantes, mas precisam chegar à operação. No caso da água, isso significa medir o consumo, tratar os efluentes, reduzir desperdícios e ampliar o reúso quando houver viabilidade técnica.

O Porto Itapoá mantém um sistema de tratamento de efluentes desde o início das operações. Em 2022, essa estrutura recebeu uma atualização com tecnologia de membranas biorreativas. Hoje, são tratados, em média, 20 mil litros de efluentes por dia, provenientes dos sanitários, refeitório e cozinha do prédio administrativo. A capacidade instalada supera 70 mil litros diários.

A água resultante do tratamento já apresenta qualidade adequada para reúso. Estamos avaliando novas aplicações, como a limpeza de áreas e equipamentos, o que pode ampliar o aproveitamento desse recurso.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade 2024 do Porto Itapoá,

o consumo de água naquele ano foi de 11,8 megalitros. O volume reutilizado correspondeu a 1% do total consumido, com crescimento de 237% em relação ao ano anterior.

Esse resultado também mostra um desafio. À medida que uma operação aumenta de escala, as soluções ambientais precisam evoluir. Não basta instalar um sistema e considerar o assunto encerrado. É necessário acompanhar resultados, identificar oportunidades e investir quando houver espaço para melhorar.

Sustentabilidade, na prática, está ligada a esse processo. Uma nova estrutura precisa considerar seu consumo de recursos. Um processo pode ser revisado para evitar desperdícios. Uma tecnologia pode permitir que um recurso seja utilizado novamente. São decisões diferentes que, juntas, podem reduzir o impacto da operação.

No Porto Itapoá, esse cuidado também está relacionado ao lugar onde estamos. A operação está inserida na Baía da Babitonga, um ambiente de grande importância ambiental e econômica para Santa Catarina. Essa relação exige responsabilidade permanente e atenção aos efeitos da atividade portuária.

Os 2 milhões de litros de água reutilizados são um exemplo concreto dessa abordagem. O número representa um resultado que pode ser medido e ampliado. Mostra também que investimentos em infraestrutura ambiental podem fazer parte da rotina de um terminal de grande escala.

O setor portuário tem uma função essencial para a economia. Por seus terminais passam cargas que abastecem indústrias, conectam mercados e movimentam o comércio exterior. Essa responsabilidade precisa ser acompanhada de uma gestão cuidadosa dos recursos naturais.

No caso da água, o caminho é objetivo: consumir com responsabilidade, tratar corretamente e reutilizar sempre que possível. Não existe uma única solução para todos os usos, mas existe a possibilidade de avaliar continuamente onde podemos fazer melhor.

Essa visão também orienta o futuro do Porto Itapoá. Queremos ampliar nossa capacidade e eficiência, mantendo o cuidado com os recursos e com o ambiente em que estamos inseridos. Os resultados alcançados até aqui mostram que esse trabalho pode gerar ganhos concretos.

Os 2 milhões de litros reutilizados são uma marca importante e uma referência para os próximos passos. A gestão da água continua a cada nova decisão de investimento, melhoria de processo e oportunidade de reaproveitamento.

Para mim, esse é um caminho para construir uma atividade portuária mais responsável: transformar boas práticas em parte da operação e fazer com que tecnologia, eficiência e cuidado ambiental avancem juntos.

NO CASO DA ÁGUA, O CAMINHO É OBJETIVO: CONSUMIR COM RESPONSABILIDADE, TRATAR CORRETAMENTE E REUTILIZAR SEMPRE QUE POSSÍVEL. NÃO EXISTE UMA ÚNICA SOLUÇÃO PARA TODOS OS USOS, MAS EXISTE A POSSIBILIDADE DE AVALIAR CONTINUAMENTE ONDE PODEMOS FAZER MELHOR

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

Interesse egípcio

A relevância operacional e a eficiência na movimentação de granéis vegetais e cargas gerais do Porto de Paranaguá (PR) atraíram a atenção das principais autoridades de infraestrutura e diplomáticas do Egito. Uma delegação de executivos da Zona Econômica do Canal de Suez (SCZone), entidade estatal responsável pela administração de quatro zonas industriais e seis portos estratégicos na região do canal, e diplomatas egípcios estiveram recentemente na sede da Portos do Paraná, em reunião com a diretoria empresarial da estatal.

Parceria estratégica

O encontro contou com a presença do vice-presidente do Setor Norte da SCZone, Mohamed Ibrahim Hassan, do diretor-geral de Economia Verde da SCZone, Mohamed Aboeldahab, e de representantes da Embaixada do Egito em Brasília, do Escritório Econômico e Comercial do Egito em São Paulo, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). O foco central da comitiva egípcia foi a apresentação das obras de um novo megaterminal de granéis em construção na SCZONE e a proposta de construção de uma parceria estratégica e hub de distribuição focado em soja, milho e açúcar exportados pelo complexo paranaense.

Disputa em Brasília

A relicitação do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek promete ser um dos certames mais acirrados do setor de infraestrutura aeroportuária no País. O leilão, desenhado no âmbito do acordo de repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro firmado entre o Governo Federal e a atual concessionária Inframérica (consórcio formado pela brasileira Infravix e pela argentina Corporación América), marcará a saída definitiva da estatal Infraero, que detém 49% da concessão do terminal brasiliense.

Concorrentes

A disputa tem como principais interessadas a própria Inframérica (impulsionada pelo braço argentino da Corporación América) e a suíça Zurich Airports, operadora que recentemente alienou sua participação no Aeroporto de Confins (MG) para a mexicana Asur, mas que já administra os terminais de Florianópolis, Vitória, Macaé e Natal, este último também relicitado e repassado pela própria Inframérica em moldes semelhantes.

Candidatos não podem ser presos desde sábado

Até o primeiro turno das eleições, lei eleitoral proíbe prisão de quem disputa o pleito, com exceção de flagrantes

José Cruz / Agência Brasil



Eleitores também são protegidos pela lei brasileira, mas apenas cinco dias antes da data prevista para a eleição

Estadão Conteúdo

Os candidatos que concorrem a cargos nos Poderes Executivo e Legislativo nas eleições gerais de 2026 não podem ser presos, a não ser nos casos de cometimento de crimes em flagrante, desde o último sábado, 19.

A determinação está prevista no Código Eleitoral brasileiro, que estabelece períodos de restrição para a detenção de postulantes a cargos eletivos, mesários, fiscais de partidos políticos e o eleitorado.

A medida tem como objetivo garantir o direito ao voto e a livre participação de cidadãos nas eleições. Além disso, busca combater perseguições de natureza política visando a retirada de um ou mais candidatos da disputa, às vésperas da ida às urnas. Eleitores e voluntários que atuam nas eleições também são protegidos pelo dispositivo legal.

No caso de quem se lança a um cargo político, o período de “imunidade” passa a valer a partir dos 15 dias que antecedem o pleito e pelas 48 horas seguintes ao término da disputa.

Neste ano, o primeiro turno está marcado para 4 de outubro - primeiro domingo do mês, conforme previsão constitucional. Por isso, a janela deve se estender de 19 de setembro a 6 de outubro, se não houver incidentes que atrasem o fechamento das urnas.

Contudo há exceções: os crimes em flagrante, isto é, identificados no momento da prática ou logo após o cometimento podem ser punidos com detenção e prisão. Nesse caso, o detido deve ser conduzido à presença de um juiz competente, que avaliará a legalidade da prisão.

Passado o primeiro turno, a restrição segue valendo nos locais onde há disputa de segundo turno - em 2026, ele acontece em 25 de outubro, último domingo do mês. Portanto, a partir do sábado, dia 10

de outubro, até o dia 27 do mesmo mês, candidatos não poderão ser presos, nos termos da legislação eleitoral.

Eleitores

Eleitores também são protegidos pela lei brasileira, com diferença para o intervalo de vigência da restrição: são cinco dias antes da data prevista para a eleição acontecer, além das mesmas 48 horas após o término.

Neste ano, a “imunidade” do eleitorado começa a valer em 29 de setembro, no primeiro turno; e em 20 de outubro, no segundo. A prisão de eleitores, contudo, pode ocorrer nos casos de flagrante delito, de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou em caso de descumprimento de salvo-conduto emitido pela Justiça Eleitoral.

Já para mesários e fiscais dos partidos, a regra diz que estes não podem ser presos no exercício das respectivas funções, exceto em flagrante.

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

6 de outubro

Grandes ideias e grandes decisões para o futuro.

O encontro que reúne autoridades, empresários e especialistas para debater os desafios do desenvolvimento e construir um país mais competitivo.

15h15 - Apresentação Inteligência artificial



ANDERSON SOARES

Vice-Presidente do AI Brasil e fundador do Centro de Excelência em IA (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)

15h45 - Painel

Políticas públicas de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação no sistema portuário

Moderação:

Debatedores:



ANGELINO CAPUTO

Presidente do Conselho Tech do Brasil Export



NILSON OLIVEIRA

Chief Operating Officer da Apura Cyber Intelligence S/A



TETSU KOIKE

Diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos

 **Royal Tulip Alvorada**
Brasília - DF

 Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Trump descartou interferência nas eleições brasileiras, diz Lula

Em entrevista à CNN Internacional, presidente afirma que o americano disse a “muitas pessoas” que não vai interferir no pleito. “Esse é o papel que espero de um presidente”

Ricardo Stuckert

Estadão Conteúdo

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse em entrevista para a CNN Internacional nesta segunda-feira, 21, que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que não irá interferir nas eleições brasileiras para interlocutores.

Lula classificou a postura como “boa” e declarou que o pleito é um assunto local que não deve ter ingerência da Casa Branca. “Ele já disse a muitas pessoas que não interferirá nas eleições brasileiras. E é bom que ele tenha dito isso. É bom que ele aja assim. Esse é o papel que espero de um presidente”, disse Lula em entrevista para a jornalista Christiane Amanpour, em Nova York.

A entrevista foi gravada pela manhã e exibida



Lula chegou em Nova York, nos Estados Unidos, no domingo, para participar da Assembleia Geral da ONU

durante a tarde desta segunda-feira. Lula, porém, afirmou que o Brasil já identificou “alguns indícios de interferência” por meio do uso de inteligência artificial, mas sem detalhar os casos. “Não quero que os EUA tenham qualquer tipo de interferência. Há alguns indícios de interferência, de uso de inteligência artificial”, declarou Lula.

Ao falar sobre o pleito, Lula disse que o senador e candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL),

representa o “negacionismo”. Ao falar sobre si, ele se classificou como um governante que busca cuidar dos mais pobres.

“O negacionismo no Brasil pode vencer as próximas eleições. O negacionismo não pode dar certo em nenhuma parte do mundo. O que dá certo é cuidar da política. Uma política voltada para cuidar das pessoas. Não para os governos, mas para cuidar das pessoas. E isso nós sabemos fazer com muita

sabedoria e talento”, declarou Lula.

Democracia ou a barbárie

O presidente da República levou para o noticiário internacional o discurso adotado nos palanques de comícios pela sua reeleição de que a eleição será sobre “a democracia ou a barbárie”.

“A verdade é que o que está em jogo hoje no Brasil não é uma escolha entre pessoas ou partidos. O que está em jogo hoje é uma es-

colha entre ter democracia ou barbárie. Ou temos uma política de preservação da natureza ou o desmatamento; uma política de inclusão social ou o abandono dos pobres; o fortalecimento da cultura ou o fim da cultura. É isso que está em jogo agora”, disse Lula.

Ao ser questionado sobre a disputa apertada contra Flávio, identificada pelas pesquisas de intenção de voto, o presidente disse ter certeza de que sairá vitorioso. Apesar disso, ele admitiu estar preocupado com o pleito.

“Tenho certeza de que vou vencer as eleições, porque o Brasil precisa de democracia. E é por isso que vou vencer as eleições: porque fizemos tudo o que precisava ser feito em termos de políticas de inclusão social, educação e saúde. Ninguém fez mais do que nós nessa área. Portanto, agora cabe ao povo escolher”, disse o presidente.

Ele também elogiou o processo eletrônico de votação adotado no Brasil. “Nenhum outro país consegue fazer isso. Não há contestação do resultado eleitoral”, declarou o presidente brasileiro.

Caiado: voto em Flávio é roleta russa

Candidato à presidência lembra tamanho da rejeição do adversário em segundo turno

Estadão Conteúdo

O candidato à Presidência da República Ronaldo Caiado (PSD) afirmou nesta segunda-feira, 21, que apostar em Flávio Bolsonaro (PL) para derrotar Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se-

ria uma “roleta russa”.

Antes do debate promovido pelo Flow, em São Paulo, Caiado disse que Flávio teria chegado a um teto de rejeição, enquanto sua candidatura ainda teria espaço para crescer.

“Quem está apostando Flávio, na verdade, está apostando na loteria, porque ele tem 50% de rejeição, não tem como crescer, eu tenho como crescer”, afirmou. Caiado disse ain-

da que, na pesquisa à qual se referia, aparece empatado com Lula em uma simulação de segundo turno, enquanto Flávio estaria atrás do petista.

Segundo o goiano, o eleitor que busca uma candidatura capaz de enfrentar Lula deveria considerar também o nível de rejeição dos candidatos. “O cidadão que acha que o caminho é o Flávio, ele está indo na loteria”, reforçou.

Caiado também criticou as ausências de Flávio e Lula do debate desta segunda. Segundo ele, os dois evitariam situações em que fossem confrontados sobre temas envolvendo suas trajetórias e pessoas próximas. “Eles não vêm porque não suportam uma pergunta”, disse.

Caiado participou do debate do Flow ao lado de Augusto Cury (Avante) e Romeu Zema (Novo).

O candidato lembrou que no governo Bolsonaro houve uma tentativa de “demonizar” o uso de vacinas e ele resistiu como governador de Goiás. “À época do governo Bolsonaro, tentaram impedir, tentaram demonizar o uso de vacinas”, afirmou durante debate promovido pelo Flow. “Eu tive a coragem de enfrentar, como governador de Estado”, completou.

Deputado aciona STF para apurar emendas de Flávio desde 2019

Pedido de Pedro Uczai se baseia em reportagem que mostrou que uma assessora do senador negociou emenda com um miliciano condenado no caso Marielle Franco

Estadão Conteúdo

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), encaminhou ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira, 21, uma petição que reivindica a auditoria sobre as emendas parlamentares do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) destinadas a entidades do terceiro setor no Rio de Janeiro desde 2019.

A peça solicita a determinação de que a Controladoria-Geral da União (CGU) inclua as emendas de Flávio no cronograma de auditorias sobre emendas repassadas para organizações da sociedade civil. O pedido se baseia na reportagem do Estadão que mostrou que uma assessora de Flávio negociou emenda com um mi-

liciano condenado no caso Marielle Franco.

Conforme mostrou o jornal, a assessora parlamentar Maria de Fátima Bezerra Castro fez tratativas em 2023 com Robson Calixto, o “Peixe”, e os valores das emendas de Flávio foram repassados para o Instituto de Formação Profissional José Carlos Procópio (Ifop).

As informações fazem parte de investigação da Polícia Federal deflagrada em julho deste ano para apurar desvios de emendas a entidades vinculadas ao ex-deputado Chiquinho Brazão e ao ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Domingos Brazão, condenados pela morte de Marielle. A assessoria de Flávio diz que os recursos foram destinados dentro da legislação vigente.

Na ação ao STF, diz-se que “há elementos objetivos que justificam a apuração das circunstâncias em que a entidade foi escolhida como destinatária”.

Para o líder do PT, “a hipótese investigativa que emerge dos fatos noticiados é a de que a indicação do Ifop como beneficiário tenha sido definida a partir de demanda de Robson Calixto, operador de interesses do grupo político dos irmãos Brazão, com intermediação de assessora do gabinete e mediante contrapartida em favor dessa assessora”.

Inconstitucional

O petista argumenta que, se confirmada, a hipótese “configuraria modalidade qualificada da prática já declarada incompatível com a Constituição nestes autos, na medida em que o terceiro beneficiado pela cessão de fato da prerrogativa seria integrante de organização criminosa armada”.

O deputado também solicita a comunicação dos fatos ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que é relator da investigação relativa à Operação Emendatio, que investiga emendas a entidades. Até a reportagem, não era público que uma das suspeitas da Operação envolvia emendas de Flávio.

Agência Senado



Segundo o Estadão, parte das emendas de Flávio Bolsonaro (PL) foi repassada para um instituto de formação profissional após tratativas com Robson Calixto, o “Peixe”

TSE tem maioria para suspender Deltan

O candidato ao Senado está proibido de praticar atos de campanha e usar Fundo Partidário

Estadão Conteúdo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou maioria, em julgamento virtual realizado nesta segunda-feira, 21, pela manutenção da suspensão da campanha de Deltan Dallagnol (Novo-PR), que concorre ao Senado Federal.

O placar está em 4x0 para referendar a decisão. Floriano de Azevedo Marques, relator do caso, Dias

Toffoli, Estela Aranha e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram a favor. Três ministros, incluindo o presidente, Kassio Nunes Marques ainda votarão.

O julgamento tem origem na decisão liminar do ministro Floriano de Azevedo Marques, posteriormente encaminhada à Corte do TSE. No último sábado, 19, ele determinou a suspensão da campanha de Deltan Dallagnol ao Senado pelo Paraná. Com a decisão, o candidato foi proibido de veicular propaganda eleitoral gratuita, participar de debates, prati-

car atos de campanha e usar ou receber recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Em nota, Dallagnol alegou que o julgamento “foi feito em processo sigiloso e foi iniciado antes que a minha defesa tivesse acesso ao processo”. Além disso, criticou o voto de Dias Toffoli, argumentando que o ministro é citado em processos que está julgando.

“Uma campanha suspenso sem a defesa poder se manifestar, sem contraditório e em choque com

a própria jurisprudência da Justiça Eleitoral. Se o TSE existe para proteger as regras da eleição, ele precisa ser o primeiro a respeitá-las”, escreve.

A determinação, entretanto, não interrompe a candidatura de Dallagnol, apenas atos relacionados à campanha. O registro de candidatura ainda será julgado pelo TSE.

A decisão do TSE responde a um julgamento do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que liberou o registro de candidatura de Dallagnol no início

de setembro. Ela, por sua vez, vai de encontro a uma determinação do TSE de 2023.

Em 2023, Dallagnol, então deputado federal, perdeu seu mandato depois que a Justiça Eleitoral cassou seu registro de candidatura. O caso ocorreu após o TSE reconhecer que houve fraude à lei no seu pedido de exoneração do cargo de procurador da República, em novembro de 2021. Na época, o ex-deputado era investigado por procedimentos disciplinares internos no Ministério Público Federal.

POLÍTICA

Ministério da Justiça demite Eduardo Bolsonaro de cargo na PF

Ex-deputado foi desligado do cargo de escrivão por abandono de emprego. Ele deixou o Brasil em março de 2025 para ir para os Estados Unidos, onde está até hoje

Agência Brasil

O Ministério da Justiça e Segurança Pública demitiu o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro do cargo de escrivão da Polícia Federal, por abandono de cargo. A decisão, publicada na edição desta segunda-feira (21) do Diário Oficial da União, tem como base processo administrativo disciplinar que concluiu pela ocorrência de faltas injustificadas por período superior a 30 dias consecutivos.

Segundo a portaria, a demissão teve por base a Lei nº 15.047, de 2024, que prevê a penalidade para casos de abandono de cargo.

Eduardo Bolsonaro integra o quadro de pessoal da Polícia Federal e estava afastado da função para exercer mandato eletivo na Câmara dos Deputados.

Eduardo Bolsonaro deixou o Brasil em março de

2025 para morar nos Estados Unidos. Eleito deputado federal por São Paulo pela primeira vez em 2014, Eduardo teve o último mandato cassado em dezembro de 2025 por ausência em sessões deliberativas da Câmara.

Após a cassação, a Polícia Federal publicou ato declarando o fim do afastamento para exercício de mandato eletivo, com efeitos retroativos a 19 de dezembro de 2025, e determinou seu retorno imediato às atividades como escrivão.

Atuação nos EUA

Além do processo administrativo que resultou em sua demissão da Polícia Federal, Eduardo Bolsonaro responde a ações judiciais relacionadas à atuação política no exterior. Entre as medidas, estão as tarifas sobre produtos brasileiros, a revogação de vistos de autoridades brasileiras e a aplicação de sanções econômicas previstas na Lei Magnitsky.

Segundo o STF, as iniciativas buscavam pressionar instituições brasileiras e interferir no andamento das investigações e processos judiciais.

Em setembro de 2026, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-deputado a quatro anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo. A Primeira Turma

rejeitou por unanimidade recurso do ex-deputado no dia 18 de setembro. O placar da votação foi de 4 votos a 0.

Inelegível

Na mesma decisão, o colegiado determinou a inelegibilidade de Eduardo Bolsonaro por oito anos e a perda do cargo de escrivão da Polícia Federal.

Por unanimidade, os

ministros acompanharam o entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR) de que o ex-parlamentar atuou para estimular sanções e medidas adotadas pelos Estados Unidos contra o Brasil com o objetivo de influenciar o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no processo que apura a tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

Marcelo Camargo / Agência Brasil



Além do processo administrativo que resultou em sua demissão da Polícia Federal, Eduardo Bolsonaro responde a ações judiciais relacionadas à atuação política no exterior

Haddad ataca Tarcísio por ‘faltas’

Candidato ao governo de SP reclamou da ausência do concorrente em debates

Estadão Conteúdo

Após participar de sabatina na TV Record nesta segunda-feira, 21, o ex-ministro da Fazenda e candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, criticou a ausência do atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos) nos debates organizados pelas emissoras de rádio e televisão.

Tarcísio também foi convidado para o encontro desta segunda na emissora, mas optou por não comparecer e, por isso, o debate foi, na verdade, uma sabatina de 30 minutos apenas com Haddad.

“Não consigo entender por que um homem público não presta contas do seu trabalho”, disse o petista, em conversa com a imprensa após a sabatina. “Seria importante respeitar o eleitor nesse momento e oferecer a ele a condição de confrontar. Deveria ser um prazer prestar contas.

Se você tem orgulho do seu trabalho, quanto mais exposição você tiver, melhor”, acrescentou Haddad, pontuando, ainda, que ele “nunca faltou” em um debate em sua vida.

Questionado sobre as agendas na reta final da campanha, Haddad reforçou que pretende se concentrar na capital e na Região Metropolitana, justamente locais em que o petista teve melhor desempenho no embate de 2022 contra Tarcísio, na comparação com o interior do Estado.

Haddad também disse que fará provavelmente “mais um ou dois” atos de campanha ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Região Metropolitana antes do primeiro turno das eleições, daqui a pouco menos de duas semanas. Na última sexta-feira, 18, os dois já participaram de um comício em Guarulhos, na Grande São Paulo.

‘Caixeiro viajante’

Ao comentar sobre propostas para a retomada do crescimento econômico de

São Paulo, Haddad voltou a mencionar que pretende rever contratos para abrir espaço no Orçamento para novos investimentos. Ele também reforçou que medidas como a reforma tributária e o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia permitirão a reindustrialização do Estado e o direcionamento de novos investimentos para a região. “Nós podemos aproveitar isso para trazer empresas para cá. Eu vou ser um ‘caixeiro viajante’ para atrair investimento para São Paulo”, afirmou.



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Problemas complexos exigem propostas sistêmicas

A Teoria de Sistemas não é mais uma novidade. Mesmo assim, os debates públicos sobre clima, guerra, eleição, políticas públicas, infraestrutura, trânsito, transporte, saúde e tantos outros assuntos seguem capturando uma ou outra variável, sem uma interrelação ampla nas análises. Quando muito, pega-se uma segunda variável para debater o problema. A infraestrutura de transportes é uma das questões onde isso é muito relevante, em especial quando se insere em um horizonte de tempo maior, pois as obras são complexas, caras e complexas.

Todos os dias, milhões de pessoas consomem seus tempos de vida em transportes públicos ineficientes, caros, lentos e desconfortáveis. Quase não lidamos com o assunto. É como se não houvesse tecnologias mais avançadas para enfrentar o problema. É como se houvesse um amplo desconhecimento do problema. Todavia, já se conhece profundamente as soluções, mas elas estão distantes de serem óbvias, fáceis ou baratas. Em geral, o conjunto de propostas de não especialistas sobre soluções está muito distante do que é mais apropriado a esta natureza de problema.

As conexões intermunicipais e interestaduais também possuem esta característica. Entretanto, coloca-se uma enorme superficialidade nas discussões e os focos ficam normalmente numa obra isolada e, eventualmente, sobre os custos envolvidos. Quase nada se debate sobre eficiência e redução do problema para grandes massas. Normaliza-se a perda de tempo de milhões de pessoas num deslocamento diário ineficiente, ineficaz e caro. Enquanto o mundo visa a Cidade de 15 Minutos (livro do colombiano Carlos Moreno, que teve seus conceitos implantados em vários países), onde se aproxima a origem do destino, estamos criando feudos mais distantes das cidades. Enquanto o mundo aumenta

os investimentos em infraestrutura, reduzimos investimentos por conta de um teto de gastos ou simplesmente para conter gastos, sem entender se isso ajuda ou atrapalha a economia. Sem contrapontos, reduz-se o dinamismo ou impede-se o dinamismo.

Com o pensamento sempre simplificado, olhamos a opção da eleição do nós contra eles, mas não se comparam os projetos de política pública. Vale para todos os níveis. E aí, aceita-se “vou melhorar o transporte” ou “investiremos em segurança”, sem serem comparados os projetos detalhadamente. Nas eleições para governadores e para a Presidência da República, as propostas são normalmente muito diferentes, mas pouco ou nada se debate sobre as diferenças, salvo em fóruns e grupos muito especializados. Não seria impossível ou difícil comparar as propostas dos projetos de governo. Focam-se os debates em temas de alta complexidade, tratados como se fossem simples. E este problema não é da “imprensa”. É também das campanhas e ainda da sociedade que não clama por estas comparações.

Enquanto seguirmos nas superficialidades, não poderemos reclamar dos governos porque eles entregam superficialidade. Ou, de fato, atendem aos interesses para aqueles que demandaram e dialogaram sobre os interesses. Mas isso faz com que as grandes pautas que efetivamente importam às massas fiquem muito fora das pautas e dos debates. Não é de se estranhar que uma boa parte da população crie repulsa pela política e políticos, pois o que se debate e o que se conversa foca nos afetos e não nos interesses. Foca-se na fofoca e não nas causas. Foca-se em poucos efeitos e não nos problemas e possíveis soluções. Reduz-se a discussão e não são enfrentados os problemas totais ou reais.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

COM O PENSAMENTO SEMPRE SIMPLIFICADO, OLHAMOS A OPÇÃO DA ELEIÇÃO DO NÓS CONTRA ELES, MAS NÃO SE COMPARAM OS PROJETOS DE POLÍTICA PÚBLICA

TRANSPORTES | Portos

Temporal danifica estruturas e paralisa operações em terminal

Segundo a Portos RS, os valores e a extensão dos prejuízos serão definidos após a conclusão do levantamento técnico

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

O temporal que atingiu o Rio Grande do Sul na madrugada desta segunda-feira (21) provocou danos em estruturas do Porto do Rio Grande e levou à paralisação temporária das operações no Terminal do Porto Novo. A Portos RS, responsável pela administração do complexo, realiza desde as primeiras horas do dia um levantamento técnico para avaliar a extensão dos impactos causados pelas condições meteorológicas.

Os danos mais significativos foram em estruturas do Terminal do Porto Novo. Equipes técnicas estão mobilizadas para verificar as condições de segurança das instalações, identificar os

prejuízos e definir as medidas necessárias para a recuperação das áreas atingidas. Os demais terminais do complexo portuário também

sofreram avarias em razão do temporal, mas, de acordo com a Portos RS, as operações seguem normalmente nessas instalações. No Por-

to Novo, as atividades permanecem temporariamente suspensas enquanto são realizadas as avaliações técnicas.

Entre os danos registrados estão avarias em estruturas do complexo, incluindo o destelhamento de armazéns. A força dos ventos também provocou impactos em outros pontos da área portuária.

A Portos RS informou ainda que as vias Honório Bicalho e Travessa Porto permanecem parcialmente interditadas para a realização de reparos na fiação elétrica. A orientação é para que os condutores trafeguem em baixa velocidade e com atenção redobrada nos trechos.

Até o momento, não há uma estimativa consolidada dos danos materiais. Segundo a Portos RS, os valores e a extensão dos prejuízos serão definidos após a conclusão do levantamento técnico.

A empresa afirmou que a prioridade neste momento é garantir a segurança de colaboradores, usuários e demais pessoas que circulam pelas áreas portuárias. Novas informações serão divulgadas conforme os levantamentos sejam concluídos e os dados, consolidados.



Reprodução

O temporal provocou danos em armazéns e estruturas do Terminal do Porto Novo, onde as operações foram temporariamente suspensas para avaliação das condições de segurança



Reprodução



Equipes da Portos RS iniciaram na segunda-feira o levantamento dos prejuízos causados pelos ventos e a definição das medidas necessárias para recuperar as áreas atingidas

TRANSPORTES | Hidrovias

Rio Negro perde 36 cm em dois dias e acelera vazante em Manaus

Nível chegou a 21,26 metros na sexta-feira (18), 3,41 metros abaixo do registrado no mesmo período de 2025

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenews.com.br

O Rio Negro acelerou o ritmo de vazante em Manaus e perdeu 36 centímetros nos últimos dois dias. Na sexta-feira (18), a régua do Porto de Manaus marcou 21,26 metros, uma queda de 18 centímetros em apenas 24 horas. Desde o início de setembro, quando o rio estava em 24,09 metros, a redução acumulada chega a 2,83 metros.

A velocidade de descida aumentou nos últimos dias. Foram 19 centímetros de queda em 15 de setembro, outros 19 centímetros no dia seguinte e 18 centímetros em cada um dos dois dias posteriores. O ritmo atual de 18 centímetros por dia supera o observado na mesma data em 2021, 2022 e 2025.

Apesar da aceleração, o nível ainda está distante das marcas registradas durante os dois anos de seca

mais severa em Manaus. Em 18 de setembro de 2023, o Rio Negro estava em 19,36 metros. No mesmo dia de 2024, ano da menor cota já registrada na cidade, o nível era de 15,53 metros.

A cota registrada nesta sexta-feira também apresenta uma diferença significativa em relação ao ano passado. Em 18 de setembro de 2025, o Rio Negro estava em 24,67 metros, 3,41 metros acima do nível atual.

A comparação com os anos de seca mais intensa, porém, mostra que o cenário ainda não se aproxima dos extremos recentes. Em 2024, o Rio Negro atingiu a

menor cota da série histórica em Manaus, com 12,11 metros em 9 de outubro. A marca atual está 9,15 metros acima desse recorde negativo.

A evolução do nível dos rios é acompanhada de perto no Amazonas devido aos efeitos que a vazante pode provocar sobre a navegação e o transporte de cargas e passageiros. Com a redução do nível, diminui também o calado disponível para as embarcações, o que pode limitar operações e dificultar o acesso a comunidades que dependem do transporte fluvial.

Apesar da velocidade de queda do Rio Negro, o

Serviço Geológico do Brasil (SGB) informou que a maior parte dos rios monitorados na Amazônia permanece com níveis dentro do esperado para esta época do ano. Segundo o órgão, a descida dos rios é característica do período de vazante. A principal exceção atualmente é a bacia do Rio Branco, em Roraima, onde os níveis estão abaixo da média e das mínimas históricas para o período.

O comportamento dos rios nos próximos meses dependerá, principalmente, da ocorrência de chuvas entre setembro e novembro. De acordo com o SGB, caso as precipitações previstas

para o período não se confirmem, a vazante poderá se prolongar nas calhas dos rios Amazonas, Solimões, Negro e Tapajós.

A velocidade da vazante mantém atenção sobre a logística amazônica, especialmente em um território no qual o transporte hidroviário tem papel central na movimentação de pessoas e mercadorias. A redução do nível dos rios pode diminuir a capacidade operacional das embarcações e exigir adequações nas rotas e no volume de carga transportado. Para comunidades do interior, a queda também pode dificultar o acesso por via fluvial.

O ritmo observado atualmente, portanto, é um indicador a ser acompanhado nas próximas semanas. Embora a cota do Rio Negro ainda esteja distante dos níveis registrados durante as secas históricas de 2023 e 2024, a continuidade da vazante e o comportamento das chuvas serão determinantes para definir as condições de navegação no Amazonas ao longo dos próximos meses.



A evolução do nível dos rios é acompanhada de perto no Amazonas devido aos efeitos que a vazante pode provocar sobre a navegação e o transporte de cargas e passageiros

Hidrovias do Brasil abre vagas em São Paulo e no Pará

Oportunidades também estão disponíveis em Santos, com posições nas áreas de manutenção, navegação, operação e SSMA

Da Redação
redacao.jornal@redenews.com.br

A Hidrovias do Brasil está com novas vagas abertas

em diferentes áreas e localidades. As oportunidades são para atuação em São Paulo (SP), Santos (SP), Barcarena (PA) e Itaituba (PA), além de posições ligadas às operações de navegação e manutenção da companhia.

Na área corporativa, em São Paulo, há vagas para Analista de Planejamento de Manutenção Pleno, Analista de Planejam-

to de Manutenção Sênior, Executivo de Contas Sênior – Grãos e Navegação e Especialista de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA).

No Terminal de Uso Privado (TUP) de Barcarena, no Pará, as oportunidades incluem Inspetor de Manutenção Elétrica I, Analista de Planejamento de Manutenção Júnior, Supervisor

de Planejamento e Controle da Manutenção, Especialista de SSMA – Navegação e Operador de Centro de Controle Operacional III.

Em Itaituba, também no Pará, a empresa busca Inspetor de Manutenção Eletromecânica I. Já em Santos, no litoral paulista, estão abertas vagas para Inspetor de Manutenção Elétrica I e Eletricista III,

com foco em automação.

As candidaturas devem ser feitas pela página de carreiras da Hidrovias do Brasil, na plataforma Gupy, onde estão disponíveis os requisitos, atribuições e informações sobre cada processo seletivo. A empresa atua com transporte hidroviário, operação de terminais, cabotagem e integração de serviços logísticos.

TRANSPORTES | Navegação > Opinião



MARCELO SAMMARCO

Advogado e sócio do Sammarco Advogados. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM) e vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI)
opinio@portalbenews.com.br

► DIREITO

O Brasil na rota das convenções IMO: segurança jurídica e boas práticas para o desenvolvimento econômico sustentável

recente avanço nos procedimentos de ratificação de importantes convenções internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO) endereça uma iminente evolução da política marítima brasileira. Após longo período marcado por assimetrias regulatórias em relação à comunidade marítima internacional, o Brasil caminha de forma efetiva para a adesão de modernos instrumentos jurídicos internacionais que atualmente estruturam a governança global do transporte marítimo. Nesse contexto, merece especial destaque o procedimento de ratificação de quatro convenções: Convenção internacional sobre responsabilidade civil por poluição marinha causada por óleo (CLC-92), Convenção de Nairobi sobre remoção de destroços, Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (emenda FAL-10); e Convenção de Hong Kong para a reciclagem segura e adequada de navios.

A Convenção CLC-92 constitui um dos pilares do regime internacional de responsabilidade civil por poluição causada por óleo transportado a granel. O tratado (que é uma evolução da CLC-69, à qual o Brasil ainda está vinculado), assegura mecanismos mais claros e eficazes de responsabilização do armador marítimo, garantias financeiras obrigatórias e maior proteção às vítimas de danos ambientais. O texto da CLC-92 também estabelece limites atualizados de responsabilidade do armador. De forma complementar, a Convenção Fund-92 (cuja adesão depende de procedimento próprio e ainda está pendente no Brasil) institui um segundo nível de compensação para hipóteses em que a reparação assegurada pela convenção seja insuficiente ou inviabilizada.

De igual relevância é a Convenção de Nairobi, instrumento que estabelece regras uniformes para localização, sinalização e remoção de destroços de embarcações capazes de representar riscos à navegação e ao meio ambiente marinho. A ausência de um regime jurídico harmonizado sobre a matéria sempre gerou inseguranças operacionais e dificuldades para a efetivação de operações complexas e dispendiosas de remoção de naufrágios. No panorama nacional, encontramos um exemplo clássico no naufrágio do navio Haidar, ocorrido em 2015, no Porto de Vila do Conde, cujos destroços até hoje obstruem a operação do berço 302 daquele importante complexo portuário. Nesse aspecto, o mecanismo fixado na Convenção de Nairobi fortalece a capacidade de resposta para a remoção de naufrágios, inclusive mediante a exigência de seguro ou garantia financeira obrigatória para navios de arqueação bruta igual ou superior a 300 e a possibilidade de ação direta contra o segurador ou garantidor, reduzindo potenciais conflitos jurídicos entre autoridades, armadores e seguradores.

No campo da desburocratização, a Convenção para facilitação do tráfego marítimo internacional (através da emenda FAL-10) assume dimensão estratégica ao instituir a Maritime Single Window, que proporciona ganhos de eficiência e competitividade nas operações de navios em países aderentes ao tratado. A crescente digitalização dos procedimentos administrativos portuários, impulsionada pelas recentes emendas da IMO, encontra perfeita sintonia com os esforços brasileiros direcionados para a desburocratização e implementação de sistemas eletrônicos e unificados para o controle de informações, fiscalização e emissão de autorizações de entrada e saída de embarcações que acessam o território nacional.

Há, ainda, um tema particularmente relevante para o Brasil: a Convenção de Hong Kong para a reciclagem segura e ambientalmente adequada de embarcações. A adesão brasileira a este regime internacional tem o potencial de fortalecer a proteção ambiental, criar estímulos para a exploração econômica da atividade de reciclagem de embarcações e plataformas no território nacional e preparar o país para a transição sustentável no transporte marítimo.

Com as recentes aprovações, pelo Congresso Nacional, da CLC-92 (Decreto Legislativo 64/2026), da Convenção de Nairobi (Decreto Legislativo 15/2026) e do texto consolidado da Convenção FAL 10(35) (Decreto Legislativo 212/2025), esses instrumentos avançaram para as etapas finais do processo de adesão e incorporação ao ordenamento brasileiro, que envolvem os atos pertinentes no plano internacional e sua posterior promulgação pelo Poder Executivo. O processo de adesão à Convenção de Hong Kong (PDL 557/2026) também avançou no Congresso Nacional e segue atualmente na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, onde já conta com parecer do relator pela aprovação.

Estes importantes avanços são resultados concretos da atuação institucional e conjunta da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), da Marinha do Brasil, por intermédio de sua estrutura especializada (CCA-IMO) e que está sempre na vanguarda dos estudos técnicos para o aperfeiçoamento de regras sobre segurança da navegação e proteção ao meio ambiente, do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) e da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), todos em cooperação com o Poder Executivo e o Congresso Nacional para o desenvolvimento desta importante agenda, lastreados em articulação política amparada por estudos técnicos e pareceres jurídicos sobre o conteúdo de cada convenção internacional e pertinência da respectiva ratificação.

Este movimento aponta para a conclusão dos processos de adesão das quatro convenções mencionadas neste artigo no curto prazo, sem prejuízo do impulsionamento de um segundo bloco de adesões que inclui a Convenção de Pequim (embora não tenha sido elaborada no âmbito da IMO, sua adesão é de vital importância, na medida em que estabelece o reconhecimento e os efeitos internacionais das vendas judiciais de navios), do Fundo Compensatório da CLC-92 (Fund-92), da Convenção HNS (responsabilidade civil do armador por danos ambientais causados por produtos perigosos e nocivos) e da Convenção Bunker 2001 (responsabilidade civil do armador por danos ambientais causados por óleo combustível de navios).

Mais do que simples adesões formais a tratados internacionais, essa iniciativa representa um movimento estratégico de fortalecimento da segurança jurídica a partir da uniformização do Direito Marítimo e modernização do ambiente regulatório nacional. Trata-se de um passo decisivo para consolidar o Brasil como Estado marítimo moderno, alinhado às melhores práticas internacionais e capaz de oferecer maior previsibilidade regulatória aos agentes econômicos do segmento. O desafio agora é perenizar essa agenda como política de Estado, assegurando que o Brasil exerça plenamente sua vocação marítima e sua posição de liderança regional.

Marcelo Sammarco e os demais profissionais do Sammarco Advogados escrevem quinzenalmente para o BE News, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

TRANSPORTES | Aviação

Aviação brasileira transporta 11,5 milhões de passageiros em agosto

Movimento cresce 2,5% em um ano, com alta nos mercados doméstico e internacional, segundo a Anac

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A aviação civil brasileira transportou 11,5 milhões de passageiros em agosto de 2026, alta de 2,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Com o resultado, o setor acumulou 88,6 milhões de passageiros entre janeiro e agosto, crescimento de 4,7% na comparação com igual período de 2025.

No mercado doméstico, foram 8,9 milhões de passa-

geiros em agosto, avanço de 2,3%. No segmento internacional, 2,5 milhões de pessoas viajaram no período, alta de 3,4%. No acumulado do ano, os voos nacionais somaram 68 milhões de passageiros, 3,8% acima de 2025, enquanto o mercado internacional chegou a 20,6 milhões, crescimento de 7,6%.

A demanda, medida em passageiros-quilômetro transportados (RPK), aumentou 3,3% nos voos domésticos e 4% nos internacionais em agosto. Já a oferta, calculada em assentos-quilômetro oferecidos (ASK), cresceu 6,8% no mercado doméstico e 4,3% no internacional.

O transporte aéreo de

cargas também avançou. Em agosto, foram movimentadas 121,5 mil toneladas, volume 8,6% superior ao registrado um ano antes. Desse total, 39,5 mil toneladas corresponderam ao mercado doméstico, alta de 4%, e 82 mil toneladas ao segmento internacional, crescimento de 10,9%.

Entre janeiro e agosto, a movimentação de cargas chegou a 922,5 mil toneladas, aumento de 3,5% na comparação anual. Os dados integram o relatório de demanda e oferta da Anac, que acompanha a movimentação de passageiros e cargas e os indicadores de demanda e oferta nos mercados doméstico e internacional.



Divulgação

▲ No mercado doméstico, foram 8,9 milhões de passageiros em agosto, um avanço de 2,3%. No segmento internacional, 2,5 milhões de pessoas viajaram no período, alta de 3,4%

TRANSPORTES | Aeroportos

Guarulhos está entre os 50 aeroportos mais conectados do mundo

Ranking da OAG coloca terminal paulista na 47ª posição global e em quarto lugar na América Latina

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, aparece na 47ª posição entre os 50 aeroportos mais conectados do mundo em 2026, segundo o ranking Megahubs, elaborado pela OAG, empresa britânica especializada em dados e inteligência para o setor aéreo.

Na América Latina, Guarulhos ocupa o quar-

to lugar. O aeroporto mais conectado da região é o El Dorado, em Bogotá, que aparece na 13ª posição mundial. Na sequência estão o Aeroporto Internacional de Tocumen, na Cidade do Panamá, em 34º lugar, e o Aeroporto Internacional da Cidade do México, na 39ª posição.

O índice da OAG considera as possibilidades de conexão entre voos de chegada e partida em uma janela de seis horas, desde que pelo menos um dos trechos seja internacional, além do número de destinos atendidos por cada

aeroporto. O levantamento analisou 201 terminais e utilizou como referência o dia 2 de agosto, considerado o de maior movimento da aviação global no período estudado.

Guarulhos obteve índice de conectividade de 88,1 pontos. O ranking mundial é liderado pelo Aeroporto de Istambul, na Turquia, que alcançou 265,4 pontos, com 89,4 mil possibilidades de conexão e 337 destinos atendidos entre setembro de 2025 e agosto deste ano. Londres-Heathrow e Amsterdã completam as três primei-



Divulgação

▲ No ranking da América Latina, o Aeroporto de Guarulhos ocupa o quarto lugar. O terminal mais conectado da região é o El Dorado, em Bogotá, que aparece na 13ª posição mundial

ras posições.

Em setembro, Guarulhos também lidera a oferta de assentos entre os aeroportos da América Latina,

com 2,41 milhões de lugares programados, alta de 2,8% em relação ao mesmo mês de 2025, segundo dados da própria OAG.

TRANSPORTES | Rodovias

ANTT suspende testes de controle de velocidade média em rodovias

Agência vai revisar aspectos técnicos, sinalização e comunicação aos usuários antes de retomar o projeto piloto

Estadão Conteúdo
Da Redação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decidiu suspender temporariamente os testes de controle de velocidade média em rodovias federais concedidas. A medida

interrompe projetos-piloto autorizados neste mês para avaliar a aplicação da tecnologia em condições reais de tráfego. Segundo a agência, a suspensão permitirá a realização de análises técnicas e de ajustes procedimentais e operacionais, especialmente em relação à sinalização dos trechos monitorados e à comunicação com os usuários. A retomada dependerá da conclusão desse tra-

balho e de nova decisão da ANTT. Diferentemente dos radares convencionais, que registram a velocidade do veículo em um ponto específico da rodovia, o sistema calcula a média registrada ao longo de determinado trecho. A tecnologia considera a distância entre dois pontos de monitoramento e o tempo gasto pelo veículo para percorrê-la. Se o intervalo for inferior ao compa-

tível com o limite estabelecido, a velocidade média calculada ficará acima da permitida. Os testes haviam sido autorizados pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (Surod) em caráter provisório, técnico, educativo e experimental. Os atos publicados em setembro previam, em geral, 180 dias de monitoramento a partir da implantação dos equipamentos, período que poderia ser prorrogado ou encerrado antecipadamente de acordo com os resultados obtidos.

Entre os trechos autorizados estavam segmentos da BR-101 em Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro e da BR-050 em Minas Gerais. Na BR-101/SC, por exemplo, o experimento abrangeria três quilômetros entre os km 312 e 315. No Espírito Santo, a autorização alcançava três segmentos que, juntos, somavam mais de 22 quilômetros.

Durante a fase experimental, as concessionárias deveriam encaminhar mensalmente à ANTT os resultados obtidos. A avaliação

incluiria a confiabilidade dos dados, o funcionamento dos equipamentos, o comportamento dos usuários e o desempenho operacional. Também estava prevista a instalação de sinalização específica para informar os motoristas sobre o monitoramento da velocidade média. A ANTT reforçou que nenhum motorista foi autuado, multado ou penalizado pelo sistema. As autorizações determinavam expressamente que os dados obtidos durante os testes não poderiam ser usados para aplicar penalidades com base exclusivamente na velocidade média registrada. Segundo a agência, o projeto integra as ações de segurança viária relacionadas à Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece como meta a redução de pelo menos 50% das mortes e lesões no trânsito até 2030. A ANTT informou que divulgará os próximos passos do projeto após a conclusão dos ajustes.



Divulgação

Os testes estavam previstos em trechos de rodovias federais concedidas e tinham caráter experimental, sem aplicação de multas ou outras penalidades durante a fase de avaliação

Agência prorroga prazo para contribuições sobre concessão da Rota do Pequi

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) prorrogou até 9 de outubro o prazo para envio de contribuições à Audiência Pública nº 15/2026, que trata da proposta de readaptação e otimização do contrato de concessão da Rota do Pequi, trecho de

211,6 quilômetros das BR-060 e BR-153, entre Brasília (DF) e Hidrolândia (GO). A concessão é atualmente administrada pela Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (Concebra), e o processo prevê a transferência de 100% das ações da empresa. A consulta pública reúne sugestões sobre as minutas do edital do processo competitivo, do termo aditivo e seus anexos, do Programa de Exploração da Rodovia

e do Modelo Econômico-Financeiro. A modelagem econômico-financeira prevê R\$ 4,3 bilhões em investimentos (Capex) e R\$ 3,6 bilhões em custos operacionais (Opex). Entre as principais intervenções previstas está a construção do Contorno de Goiânia, com 43,52 quilômetros. O programa também contempla 60,6 quilômetros de faixas adicionais em pista dupla, 15,09 quilômetros de vias marginais,

20 passarelas, 114 pontos de ônibus, seis passagens de fauna e um Ponto de Parada e Descanso para caminhoneiros. O edital estabelece ainda uma transição gradual para a tarifa integral, com a aplicação de dois degraus tarifários condicionados ao cumprimento de metas previstas no Plano de Ação. A evolução da tarifa estará vinculada à execução das obras e ao atendimento dos parâmetros de desem-

penho estabelecidos para a concessão. As sessões públicas serão realizadas presencialmente nesta terça-feira (22), em Goiânia (GO), e na quinta-feira (24), em Brasília (DF). A sessão de Brasília será realizada de forma híbrida, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da ANTT. As contribuições podem ser encaminhadas por meio do sistema Participa-ANTT.

TRANSPORTES | Rodovias

Operação do Free Flow no SAI deve ficar para o ano que vem

Mudança de pórtico na pista Norte da Imigrantes levou à revisão do cronograma; sistema estava previsto para entrar em funcionamento em agosto

Divulgação



CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebeneews.com.br

O sistema de cobrança automática sem pedágio, o Free Flow, deve iniciar operações no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), em São Paulo, a partir do ano que vem. Inicialmente, o sistema de cobrança estava previsto para iniciar em 1º de agosto.

A informação é do diretor-superintendente da Ecovias-Imigrantes, Ronald Marangon, em entrevista ao BE News. O motivo para o adiamento da operação do sistema foi a determinação do Governo de São Paulo e da Artesp (Agência de Transportes do Estado de São Paulo) para alterar a localização de um dos pórticos de cobrança na pista Norte da



Hoje, a tarifa do pedágio no SAI é de R\$ 38,70. Com o Free Flow, o valor será dividido, com cobrança de R\$ 19,35 na descida para o litoral e R\$ 19,35 na subida para a capital

Rodovia dos Imigrantes.

Com os estudos para definir o novo ponto de instalação do pórtico, a Ecovias estima que o início da operação fique para o ano que vem. “O início da operação ainda não está fechado e não conseguimos cravar (que será esse ano). Teremos a Operação Verão, que é sempre um período muito importante e temos que levar em consideração, além de toda uma divulgação prévia, assim como a gente já

vinha fazendo e vamos ter de iniciar novamente”, comentou.

Embora o ponto exato de instalação do novo pórtico ainda seja desconhecido, a expectativa é que ele seja reposicionado para depois do km 38. “Nesse momento a gente estuda uma data e essa implantação de um novo ponto na pista Norte da Rodovia dos Imigrantes. Foi uma reivindicação de uma comunidade de moradores em São Bernardo,

que o Governo do Estado entendeu como melhor aguardar e estudar um novo ponto de cobrança em relação a este trecho”, informou Marangon.

Free Flow

Além do pórtico da Rodovia dos Imigrantes, o novo sistema terá um equipamento no km 33 da Via Anchieta. A expectativa é que, futuramente, o modelo substitua as atuais praças de pedágio

localizadas nos km 31 da Anchieta e km 32 da Imigrantes, que deverão ser desativadas.

Atualmente, a tarifa do pedágio no SAI é de R\$38,70. Com o Free Flow, o valor será dividido, com cobrança de R\$ 19,35 na descida para o litoral e R\$ 19,35 na subida para a capital. O motorista pagará apenas pelo trecho efetivamente utilizado. Motoristas seguem isentos, conforme as regras vigentes.

Multilog compra 30 caminhões para reforçar operações no Sul e Sudeste

Veículos serão distribuídos entre São Paulo, Santa Catarina e Paraná e incluem unidades destinadas à operação alfandegada em Santos

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Multilog comprou 30 novos caminhões para reforçar as operações de transporte em São Paulo, Santa Catarina e Paraná. A aquisição integra o plano de expansão da companhia e acompanha o aumento da demanda pe-

los serviços rodoviários.

Os veículos, do modelo Mercedes-Benz Actros 2548, estão na etapa final de preparação antes de entrarem em operação. O processo inclui a instalação de rastreadores e do sistema T4S, utilizado no acompanhamento das atividades da frota.

Segundo o diretor de Operações da Multilog, Douglas Cavalheiro, a empresa decidiu ampliar e modernizar a frota diante do crescimento do volume

transportado. “A operação de transporte vem registrando uma demanda crescente, e estamos investindo na ampliação e modernização da frota para assegurar a capacidade necessária a essa expansão”, afirmou.

Parte dos caminhões destinados a São Paulo será utilizada no atendimento ao crescimento da operação alfandegada em Santos, incluindo movimentações de cargas aéreas, refrigeradas e de produtos farmacêuticos.

Os novos veículos são extrapesados, com configuração 6x2, transmissão automatizada e gerenciamento eletrônico do conjunto motriz. O modelo dispõe ainda de recursos voltados ao controle do consumo de combustível, além de sistemas de assistência ao motorista.

A frota também contará com ferramentas de conectividade e telemetria, que permitem acompanhar indicadores como consumo, desempenho dos veículos e

comportamento dos condutores durante as viagens.

De acordo com a Multilog, os caminhões possuem ainda tecnologias destinadas à redução das emissões de CO2 e ao aumento da eficiência operacional.

“Com maior capacidade e uma frota mais eficiente, segura e conectada, a companhia fortalece sua competitividade e cria melhores condições para atender às necessidades atuais e apoiar a geração de novos negócios”, disse Cavalheiro.

MINERAÇÃO

Vale vê em Carajás principal potencial de geração de valor

Gustavo Pimenta destaca projetos de cobre e aposta em crescimento orgânico apoiado por infraestrutura já existente

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

nhia prefere utilizar seu próprio capital em ativos nos quais já possui conhecimento e infraestrutura.

Licenciamento

O executivo apontou o licenciamento ambiental como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de novos projetos de mineração. Segundo Pimenta, a dificuldade é global e os processos têm levado mais tempo, enquanto novos projetos de cobre exigem mais de dez anos entre exploração e entrada em operação.

“Se eu tivesse que listar um que não é um tema só de Brasil, é global, é o licenciamento”, disse. Para ele, projetos com bons padrões ambientais e sociais devem ser tratados como aliados da preservação e da manutenção da licença para operar.

Pimenta também des-

O CEO da Vale, Gustavo Pimenta, afirmou que o principal potencial de geração de valor da companhia está no desenvolvimento de ativos que já integram seu portfólio, especialmente os projetos de cobre em Carajás, no Pará. Segundo o executivo, a empresa pretende avançar simultaneamente no crescimento do minério de ferro e na expansão dos metais de transição.

“Eu acho que hoje, o nosso potencial de destravamento de valor está no investimento daquilo que a gente já tem escala, tem projeto e consegue alocar capital relevante”, disse Pimenta durante o Leader Talks, do Itaú BBA.

Pimenta destacou o cobre como uma das principais oportunidades de crescimento da Vale nos próximos anos. Segundo ele, a companhia pode chegar a 700 mil toneladas anuais de cobre.

“Se a gente conseguir levar a companhia a 700 mil toneladas de cobre, você vai ter um Ebitda bastante relevante”, afirmou. O executivo ressaltou que os projetos em Carajás apresentam vantagens por estarem em uma região onde a Vale possui infraestrutura e experiência operacional.

Para Pimenta, o desenvolvimento orgânico também reduz riscos em relação a aquisições. Ele afirmou que projetos de cobre podem apresentar taxas de retorno de 20% ou mais e que a compa-

“
EU ACHO QUE
HOJE, O NOSSO
POTENCIAL DE
DESTRAVAMENTO
DE VALOR ESTÁ
NO INVESTIMENTO
DAQUILO QUE
A GENTE JÁ TEM
ESCALA, TEM
PROJETO E
CONSEGUE
ALOCAR CAPITAL
RELEVANTE”

GUSTAVO PIMENTA
CEO da Vale

tacou a infraestrutura já existente da Vale como uma vantagem competitiva. Segundo o CEO, a presença de ferrovias, portos e outras estruturas reduz a intensidade de capital necessária para desenvolver novos projetos.

Minério de ferro

Pimenta afirmou que a Vale continua otimista com o minério de ferro, apesar da perspectiva de estabilização e eventual redução gradual da demanda chinesa e da entrada de novos concorrentes globais, como a mina de Simandou, na Guiné. Segundo o executivo, novos mercados, como a Índia, além do Sudeste Asiático e da Europa, podem contribuir para sustentar a demanda. Ele citou o crescimento populacional, a descarbonização e a regionalização das cadeias

produtivas como fatores que devem manter o mercado global aquecido.

A empresa estima crescimento anual da demanda por minério de ferro entre 1% e 2%, enquanto o executivo chamou atenção para o envelhecimento da base de ativos da indústria e para a perda de qualidade dos minérios. Nesse cenário, produtos de maior teor podem receber prêmios maiores.

“Então, a gente segue otimista e construtivo no médio e longo prazo, porque achamos que o nosso produto vai ser cada vez mais demandado”, afirmou.

Disciplina de capital

Pimenta também destacou a estratégia de combinar investimentos em crescimento com remuneração aos acionistas. Segundo ele, a Vale trabalha atualmente com um capex anual de cerca de US\$ 6 bilhões e mantém distribuição de caixa por meio de dividendos e recompra de ações.

Para o executivo, a baixa intensidade de capital da companhia permite financiar novos projetos sem abandonar a geração de retorno aos acionistas. “Conseguimos entregar crescimento ao mesmo tempo que entregamos retorno para o acionista”, disse.

Ao resumir a estratégia da companhia, Pimenta apontou três frentes prioritárias: portfólio, cultura e reputação. Na avaliação do CEO, a retomada do protagonismo da Vale passa pela expansão dos negócios, pela evolução da cultura corporativa e pelo fortalecimento da reputação da empresa e da indústria de mineração.



Hoje, o nosso potencial de destravamento de valor está no investimento daquilo que a gente já tem escala, tem projeto e consegue alocar capital relevante”, disse Gustavo Pimenta

PETRÓLEO E GÁS

ANP mira empresas independentes em novos leilões de petróleo e gás

Diretor-geral afirma que oferta de outubro foi estruturada para diferentes perfis de investidores e admite necessidade de ajustes regulatórios

Estadão Conteúdo

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt, reforçou nesta segunda-feira a mensagem de que os próximos leilões de áreas de petróleo e gás, agendados para 7 de outubro, foram estruturados para apresentar oportunidades que dialoguem com empresas independentes de diferentes portes e estratégias. Watt reconheceu, no entanto, que o apetite desse novo perfil de empresas vem acompanhado de discussões sobre ajustes regulatórios.

“Num cenário de competição por investimentos, não podemos achar que nossa regulação está

dada e que os investidores simplesmente vão vir. Precisamos buscá-los ativamente”, disse ao participar da ROG.e 2026, principal evento de energia organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

A agência se prepara para a realização do 6º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC) e do 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP). Na OPC, há 495 blocos e cinco campos de acumulação marginal. “Há oportunidades de investimento que podem interessar a empresas independentes de diferentes tamanhos e perfis”, sustentou.

Ao comentar a atuação das independentes, que passaram a operar ativos desinvestidos pela Petrobras, o diretor-geral afirmou que a diversidade entre bacias e projetos exige

diferentes abordagens de operação, o que tem colocado as empresas como grandes desenvolvedoras de inovação para o setor.

Agenda regulatória

Ao detalhar as discussões da agenda regulatória da

ANP, que dialogam com a operação de campos maduros e terrestres, Watt citou a modernização do setor de gás natural e a avaliação de tarifas de transporte. “Toda agenda que permita esse debate para que a gente tenha um mercado de gás mais dinâ-

mico é muito bem-vinda”, pontuou.

Ele também abordou o debate sobre fraturamento hidráulico (fracking), defendendo “o tratamento responsável do tema”.

“O fraturamento existe há muito tempo no Brasil, mas alguns países avançaram muito na questão do fraturamento em larga escala, na produção de gás em terra e de petróleo, e isso tem dado pujança econômica para esses países também”.

A discussão jurídica em torno do fracking se arrasta desde a 12ª Rodada de Licitações da ANP, em 2013, chegando ao Superior Tribunal de Justiça. No último dia 9 de setembro, o julgamento na Corte foi suspenso depois que o relator, ministro Afrânio Vilela, pediu vista. Uma nova data para o julgamento não foi divulgada.



Divulgação

“Num cenário de competição por investimentos, não podemos achar que nossa regulação está dada e que os investidores simplesmente vão vir”, disse o diretor-geral Artur Watt

ENERGIA

Vibra contrata R\$ 1,28 bi em fornecimento de etanol

Acordo tem vigência até maio de 2029 e prevê etanol anidro para cumprimento de obrigações regulatórias e necessidades operacionais da companhia

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Vibra Energia fechou com a Inpasa Agroindustrial um contrato estimado em R\$ 1,28 bilhão para fornecimento de etanol anidro. O acordo foi firmado em 15 de setembro, tem vigência retroativa a 1º de junho

deste ano e seguirá até 31 de maio de 2029.

Segundo comunicado da Vibra ao mercado, o etanol será utilizado tanto para o cumprimento de obrigações regulatórias previstas na Resolução ANP 946/2023 quanto para atender às necessidades operacionais da companhia.

O valor estimado considera os volumes e preços previstos para o período

de vigência do contrato. A operação não conta com garantias específicas.

A Vibra informou que a contratação foi realizada em condições consideradas compatíveis com as praticadas no mercado. A Inpasa participou da mesma janela de negociação disponibilizada aos demais fornecedores de etanol anidro.

Para a escolha do fornecedor, foram considerados fatores como preço,

disponibilidade do produto, capacidade de fornecimento, localização das unidades produtoras, condições logísticas e demais condições comerciais. A precificação foi definida com base em parâmetros de mercado estabelecidos no contrato.

A operação também foi submetida às regras aplicáveis a transações com partes relacionadas. A Inpasa é considerada parte relacionada da Vibra porque seu

diretor-presidente, Éder Odvar Lopes, integra o Conselho de Administração da companhia.

De acordo com a Vibra, a Inpasa participou da negociação exclusivamente como fornecedora. A empresa afirmou ainda que os sócios e administradores da Inpasa não participaram do processo decisório da Vibra nem atuaram como representantes da companhia na negociação.

INDÚSTRIA

Intenção de investimento da indústria recua 1,3 ponto em setembro

Indicador cai para 51,3 pontos, enquanto expectativas para demanda, insumos, exportações e emprego também pioram

Estadão Conteúdo

O índice que mede a intenção de investimento da indústria caiu 1,3 ponto em setembro, de 52,6 pontos para 51,3 pontos, menor valor para o indicador desde agosto de 2020, durante a pandemia de covid-19. O dado consta da Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira, 21.

Trata-se da quarta queda consecutiva do índice, cuja sequência negativa ocorre desde maio. De lá para cá, o indicador acumula recuo de 3,5 pontos.

“A queda expressiva da intenção de investimento reflete um quadro que a gente já vem acompanhando de perda de ritmo da atividade industrial. Além disso, há um aumen-

to das incertezas, o que também contribuiu para o resultado”, avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

A cautela dos empresários industriais ao projetar novos aportes nos próximos meses ocorre em meio à deterioração das perspectivas. Em setembro, os quatro indicadores de expectativa da indústria recuaram.

- Demanda por produtos: -1,4 ponto, para 51,2 pontos;

- Compra de insumos e matérias-primas: -0,8 ponto, para 50,4 pontos;

- Quantidade exportada: -0,6 ponto, para 48,9 pontos;

- Número de empregados: -0,2 ponto, para 49,2 pontos.

Apesar dos resultados negativos, os índices que medem a expectativa de demanda por bens industriais e de compra de in-

sumos e matérias-primas continuaram acima da linha divisória de 50 pontos. Isso sinaliza que os industriais seguem projetando aumento da demanda por produtos e da aquisição de insumos e matérias-primas nos próximos seis meses, ainda que de forma mais moderada do que em agosto. Por outro lado, as perspectivas de recuo da quantidade exportada e do número de empregados se tornaram mais intensas.

Pior agosto desde 2015

O índice de evolução da produção industrial registrou forte queda em agosto, após recuar 4,7 pontos, passando de 51 para 46,3 pontos. Com isso, o indicador deixou o campo positivo — que se situa acima dos 50 pontos —, apontando recuo da produção industrial em relação ao mês de julho.

Segundo o levantamento, trata-se do pior resultado do índice para o mês de agosto desde 2015, quando a economia passava por uma recessão. Além disso, o desempenho foi na contramão do usual para o período. Nos últimos 11 anos, o indicador ficou abaixo dos 50 pontos em agosto apenas duas vezes: em 2025 e agora, em 2026.

Para Azevedo, esse resultado atípico passa pela queda contínua da demanda por bens industriais, mas também por um quadro de incertezas, tanto externas quanto internas. “Não dá para negar que a proximidade das eleições traz um certo grau de imprevisibilidade, fazendo com que as empresas se tornem mais cautelosas na hora de investir, produzir e contratar”, explica.

Em meio à queda da atividade industrial, a

Utilização da Capacidade Instalada (UCI) recuou 1 ponto porcentual, chegando aos 69%. O porcentual de uso do parque fabril ficou 2 pontos porcentuais abaixo da média para o mês de agosto. Os impactos negativos também recaíram sobre o emprego. O índice de evolução do número de empregados ficou em 48,2 pontos, depois de recuar 0,4 ponto em relação a julho.

Já o índice de evolução do nível de estoques diminuiu 1,5 ponto, de 51 para 49,5 pontos. Ao ficar abaixo dos 50 pontos, o indicador aponta queda dos estoques de produtos finais da indústria na passagem de julho para agosto. Ainda assim, o nível dos estoques continuou em linha com o planejado pelas empresas, uma vez que o índice de estoque efetivo-planejado avançou apenas 0,2 ponto, para 50,4 pontos.

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA

Startup estreia com plataforma digital para laudos cautelares de veículos

Tenvê usa aplicativo e inteligência artificial para organizar dados de vistorias e mira 50 operações licenciadas até o fim de 2026

Estadão Conteúdo

De olho no crescimento do mercado de veículos usados, a Tenvê estreou em setembro com uma plataforma voltada à emissão de laudos cautelares. A startup foi criada pelos empresários Michael Franco e Miguel Se-

negalha de Souza, sócios da Vaapty, líder do franchising no segmento de intermediação de venda de veículos no Brasil, em parceria com Fernando Masetti, especialista com mais de 30 anos de experiência em vistorias e avaliação de bens.

A solução permite coletar fotos e informações do veículo diretamente pelo celular. A Inteligência Artificial auxilia na organização e no cruzamento dos dados,

enquanto a análise final e a emissão do laudo são realizadas por uma equipe técnica da empresa. O serviço contempla inspeção estrutural, avaliação da pintura, consultas ao histórico do veículo e emissão do laudo cautelar.

A operação funciona por meio do aplicativo da Tenvê, que conecta o cliente a um representante credenciado para realizar a vistoria cautelar. Após a

coleta das informações, os dados seguem para validação da equipe técnica, responsável pela emissão do laudo. O modelo permite ampliar a cobertura da rede sem a necessidade de estruturas físicas em todas as cidades.

A empresa aposta no crescimento por meio de licenciamento, com investimento inicial de R\$ 5 mil e projeção de faturamento a partir de R\$ 10 mil

mensais para o operador. A meta é chegar a 50 operações licenciadas até o fim de 2026. A estratégia acompanha o crescimento do mercado de veículos usados, que acumula alta de 7,7% nos sete primeiros meses do ano, na comparação com 2025. Já os carros que trocaram de proprietário e consequentemente, precisaram de vistoria, somam 1,75 milhão segundo a Fenauto.

COMÉRCIO EXTERIOR

Lula contesta tarifaço e afirma que Trump age como um imperador

Segundo o presidente brasileiro, o comportamento do líder americano é baseado no “unilateralismo” nas práticas comerciais. “Isso é muito perigoso”, afirmou Lula

Ricardo Stuckert

Estadão Conteúdo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, “age como um imperador” ao adotar práticas comerciais unilaterais.

As declarações ocorreram nesta segunda-feira, 21, à jornalista Christiane Amanpour, âncora da CNN Internacional. A entrevista foi gravada pela manhã e exibida durante a tarde.

Na ocasião, Lula defendeu o “multilateralismo” como forma de manter a “harmonia” nas relações comerciais entre os países. “O comportamento do presidente Trump tem um viés muito forte em favor do unilateralismo”, disse o presidente brasileiro. “Isso é muito perigoso”, afirmou.

Em seguida, Lula disse que essa prática favorece uma relação de “quem é mais forte” e “quem tem mais armas” entre as nações. “O comércio tem que ser uma coisa equilibrada”, defendeu Lula.

Perguntado se mantém a posição de que Trump age como um imperador, o presidente brasileiro afirmou,



Lula disse que continua negociando com os EUA, mas não descarta aplicar a Lei da Reciprocidade

com um sorriso, em tom de brincadeira: “Ele age como um imperador”.

Em seguida, mais sério, declarou: “Veja, o jeito de governar que eu não concordo”. Lula acrescentou: “É um jeito de governar que diz ‘eu sou o mais forte’”.

Reciprocidade

Durante a entrevista, Lula afirmou que o Brasil foca em encontrar novos parceiros comerciais e criticou o “tarifaço”. O presidente também declarou que afirmou que pretende continuar negociando com os Estados Unidos pela retirada do tarifaço sobre os produtos

brasileiros, mas que o Brasil pode tomar providências se o governo do presidente dos EUA, Donald Trump, não quiser avançar com as conversas.

“Eu não vou ficar chorando pelo leite derramado. Eu vou procurar outros lugares para comprar e vender. É assim que eu faço política. E nós podemos aplicar a Lei da Reciprocidade com os Estados Unidos. Eu sou muito cauteloso”, disse Lula. “Enquanto estiver na mesa de negociação, eu não preciso fazer a lei da reciprocidade”, continuou. “Mas é importante saber que, se não tiver acordo, nós vamos ter que aplicar a Lei da reci-

procidade”, acrescentou.

Ele afirmou que é muito cauteloso ao tratar do estabelecimento dessa legislação e que não pretende aplicá-la enquanto houver negociações.

Também destacou que não há intenção de confrontar ou desafiar Trump, nem de interferir em questões domésticas do seu país, mas que o governo norte-americano não pode governar outros países. “Eu gosto de respeitar e de ser respeitado”, disse.

Lula chegou em Nova York, nos Estados Unidos, no domingo 20. O presidente da República fará o tradicional discurso do Brasil

na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, nesta terça-feira, 22. Não há confirmação de que ele terá um encontro bilateral com Trump.

O tarifaço

Os Estados Unidos mantêm a vigência de um “tarifaço” de 25% sobre os produtos brasileiros. O governo norte-americano aplicou a medida em 22 de julho, como forma de “punição” por práticas comerciais consideradas desleais, após uma investigação que envolveu temas como o Pix, etanol e desmatamento na Amazônia.

Em 24 de julho, Trump estabeleceu uma sobretaxa de 12,5% como “resposta” a uma investigação do Escritório do Representante do Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) sobre a importação de produtos fabricados com trabalho forçado.

O governo brasileiro disse à Organização Mundial do Comércio (OMC) que as medidas aplicadas pelos Estados Unidos são incompatíveis com as regras do comércio internacional. O Brasil também questiona a consistência das investigações que dão suporte às tarifas.

EUA e China negociam tarifas e IA

Informação foi divulgada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent

Agência Brasil

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou nesta segunda-feira, 21, que Wa-

shington e Pequim formalizaram um diálogo sobre inteligência artificial (IA) e abrirão um canal de comunicação para lidar com incidentes relacionados à tecnologia.

Segundo ele, representantes dos dois países voltarão a se reunir em Shenzhen,

na China, dentro de dois meses para discutir o tema.

Em entrevista à CNBC, Bessent disse ainda que há possibilidade de o presidente norte-americano, Donald Trump, e o líder chinês, Xi Jinping, se encontrarem outras duas vezes depois desta semana.

O secretário afirmou ter discutido tarifas com autoridades chinesas. Segundo ele, os dois lados analisam itens que poderiam ficar sujeitos a tarifas de nação mais favorecida, enquanto produtos de energia, do lado americano, poderiam ser elegíveis a cortes tari-

fários.

Na área de IA, Bessent avaliou que modelos chineses são “muito poderosos”, embora tenha ressaltado que os EUA seguem na liderança. Ele também defendeu que os laboratórios assumam responsabilidade por seus próprios sistemas.

FINANÇAS

Ibovespa sobe com procura por ativos de risco no exterior

Bolsa fechou o primeiro dia da semana em alta de 0,74%, perto dos 187 mil pontos. Expectativa de alternância de poder nas eleições também deixou o mercado otimista

Estadão Conteúdo

O Ibovespa começou a semana com um desempenho bastante positivo ao terminar a sessão desta segunda-feira, 21, em alta de 0,74%, bem próximo aos 187 mil pontos (186.595,60 pontos).

O tom positivo do mercado local acompanhou, em parte, a maior propensão à tomada de risco pelos investidores no exterior, com o petróleo em firme baixa, e também as expectativas de uma alternância de poder nas eleições.

Segundo Júlio César de Paula, gestor de renda variável na Selo Capital, o petróleo caiu como resultado de uma sinalização de disponibilização de barris por parte da Arábia Saudita, “de forma a amenizar

os impactos na oferta da commodity, após ataques árabes contra os houthis no Iêmen”. Isso teve efeito direto no rendimento das Treasuries e em ativos de risco globalmente - o EEM, maior ETF de mercados emergentes negociado em Nova York, subiu 2,69%.

“O petróleo mais baixo significa uma inflação mais baixa. Consequentemente, as curvas de juros

tendem a fechar e isso é positivo para os ativos de risco como um todo”, afirma Guilherme Miranda, head de Execução e Trading da Angatu Private.

De um lado, os investidores reajustam as carteiras de olho nos efeitos do petróleo para a inflação, mas, de outro, também reduzem a exposição à Petrobras, já que preços mais baixos do petróleo repre-

sentam ganhos de margem menores para a empresa. Foi a queda das ações da petrolífera (-0,99% a ON e -1,03% a PN) que limitou o desempenho do Ibovespa no dia, ao lado da baixa de 1,12% da Vale.

Eleições

Aspectos locais também continuam pautando os negócios. Nesta segunda,

informações sobre o plano econômico de um eventual governo de Flávio Bolsonaro (PL), que incluem o fim de impostos anunciados no governo do presidente Lula (PT), também ampararam a performance do Ibovespa.

As propostas econômicas dos candidatos à Presidência ganham cada vez mais relevância enquanto o mercado financeiro espera por novas pesquisas eleitorais que endossem a chance de uma alternância de poder, na esperança de que a vitória de uma chapa à direita represente maior austeridade fiscal.

Bruno Perri, economista-chefe e sócio-fundador da Forum Investimentos, destaca a expectativa para novos levantamento de intenção de voto, como os que saem nesta semana. “Pesquisas recentes vão confirmando esse favoritismo do Flávio, o que colabora com perspectivas fiscais melhores. Com isso, vemos, por exemplo, taxas longas caindo e ativos de risco melhorando por aqui também”, afirma.



Divulgação / B3

A queda das ações da Petrobras (-0,99% a ON e -1,03% a PN) ainda limitou o bom desempenho do Ibovespa nesta segunda

Dólar recua 0,70%, cotado a R\$ 5,10

Moeda norte-americana acumula perdas de 1,38% neste mês, após subir 2,16% em agosto

Estadão Conteúdo

O dólar abriu a semana em queda firme frente ao real e chegou a esboçar romper o piso de R\$ 5,10, em dia de maior apetite ao risco no exterior, com a quarta queda consecutiva do petróleo, embora o barril do Brent siga ao redor de US\$ 100, e a expectativa de melhora nas relações entre Estados Unidos e China.

Os presidentes dos dois países, pela ordem, Donald Trump e Xi Jinping, têm reunião nesta semana em território americano em meio a negociações sobre tarifas e inteligência artificial.

O real figurou entre as três divisas mais líquidas com melhor desempenho, amparado, segundo operadores, pelas apostas crescentes em uma vitória da oposição na corrida presidencial e, por tabela, em um ajuste nas contas públicas.

As pesquisas eleitorais mais recentes apenas con-

firmam o quadro de empate técnico entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em eventual segundo turno. O mercado ficou na expectativa da divulgação, prevista para o período da noite, do novo levantamento da Quaest sobre a disputa ao Planalto.

“Pelo Polymarket, a probabilidade de mudança de governo está na máxima da série. Talvez o mercado esteja algo exageradamente confiante nesse resul-

tado”, afirma, em nota, o economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral, em referência aos dados de uma plataforma digital de previsões.

Desempenho

Após mínima de R\$ 5,1030, no início da tarde, o dólar à vista fechou em baixa de 0,70%, a R\$ 5,1084. A moeda norte-americana acumulou perdas de 1,38% frente ao real em setembro, após a valorização de 2,16% em agosto, quando a perspec-

tiva majoritária era de reeleição do presidente Lula. No ano, recua 6,93%. O real está no grupo das cinco divisas com maiores ganhos em relação ao dólar em 2026.

Para o estrategista-chefe de câmbio da BMO Capital Markets, Mark McCormick, os “mercados deveriam se concentrar menos no vencedor” da eleição e mais em se a “próxima administração vai enfrentar o problema fiscal de forma voluntária ou se vai esperar que os mercados forcem o ajuste”.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente.

opinioao@portalbenews.com.br

COMUNICAÇÃO

Quando a tendência passa, a responsabilidade fica

Não faz muito tempo, ouvi de um grande empresário, em uma conversa informal, que “ninguém aguentava mais ouvir falar de ESG”. Algum tempo depois, escutei algo parecido de um diretor de empresa. Dessa vez, estávamos em uma mesa de negociação. Eu havia sido chamada para conversar sobre um possível trabalho relacionado a uma crise interna e, diante do comentário, minha resposta foi automática: “Mas o que você quer resolver aqui envolve políticas ESG”. Silêncio.

A situação resume uma contradição importante do momento atual. Muitos se dizem cansados de ouvir a sigla diante de todos os paradoxos que passaram a envolvê-la desde que se tornou popular. Os problemas que deram origem ao ESG, porém, não desapareceram porque o termo perdeu popularidade.

A sigla Environmental, Social and Governance — ambiental, social e governança — ganhou projeção no mercado financeiro a partir de 2004, com a iniciativa Who Cares Wins, apoiada pelo Pacto Global das Nações Unidas, que reuniu instituições financeiras para discutir como esses fatores deveriam ser incorporados às decisões de investimento e à gestão empresarial. Sua origem ajuda a desfazer uma confusão recorrente de que ESG nasceu apenas como uma agenda de boas intenções. Surgiu também de uma discussão sobre risco, valor e sustentabilidade econômica no longo prazo.

Os excessos que vieram depois também fazem parte dessa história. Discussões foram reduzidas a posições binárias, o debate público se tornou mais punitivo e o receio de cancelamentos contribuiu para decisões mais preocupadas em demonstrar alinhamento do que em produzir mudanças consistentes. Seria conveniente atribuir toda a responsabilidade pelo desgaste atual aos movimentos sociais ou à polarização. As próprias empresas participaram desse processo.

Durante anos, muitas organizações falaram mais sobre ESG do que explicaram ESG. Produziram campanhas, relatórios e peças institucionais, mas nem sempre fizeram o mesmo investimento em políticas consistentes e em uma comunicação capaz de explicar por que determinadas decisões estavam sendo tomadas e como se relacionavam com o negócio. Em muitos casos, o marketing chegou antes da política.

Essa distância entre o que a empresa comunica e o que as pessoas vivenciam tem consequências. Afeta a confiança, interfere na percepção sobre a organização e inevitavelmente chega à forma como ela é vista por quem trabalha ali ou considera trabalhar. É nesse ponto que a discussão sobre ESG também se conecta ao employer branding.

Não basta comunicar diversidade se determinadas pessoas encontram barreiras para avançar. Não basta falar sobre bem-estar se a cultura recompensa permanentemente o esgotamento. Não basta defender ética se os incentivos internos premiam resultados independentemente da maneira como foram obtidos. Os funcionários estão entre os primeiros a testar a veracidade do discurso corporativo.

Políticas ESG consistentes podem fortalecer o employer branding, desde

que exista coerência entre os compromissos assumidos e a experiência dentro da organização. Quando questões sociais, ambientais e de governança encontram correspondência na forma como a empresa conduz suas relações, cultura, reputação e sustentabilidade passam a fazer parte de uma mesma lógica empresarial.

Implementar tudo isso é difícil, e talvez essa parte da conversa tenha recebido menos espaço. Empresas lidam com margens, investidores, clientes, fornecedores, legislações, metas e pressões competitivas. Existem custos, conflitos e escolhas. ESG não elimina essas tensões. Uma empresa também não deve deixar de buscar lucro. Precisa gerar caixa, remunerar capital, investir, crescer e competir. A discussão está nas variáveis que uma liderança considera ao calcular o valor e o risco de suas decisões.

O cenário internacional torna essa discussão ainda mais relevante. O Global Risks Report 2026, do Fórum Econômico Mundial, mostra um mundo pressionado por confrontação geoeconômica, conflitos, polarização, desinformação e riscos econômicos. Questões ambientais perderam posições entre as preocupações de curto prazo. No horizonte de dez anos, eventos climáticos extremos aparecem como o principal risco e cinco dos dez maiores riscos são ambientais.

A diferença importa. O que perdeu espaço foi a atenção de curto prazo, não necessariamente o risco. Em períodos de instabilidade, é natural que empresas concentrem energia no que ameaça o próximo resultado. O erro começa quando urgência e importância passam a ser tratadas como sinônimos.

Continuar avançando nessa agenda exige menos afirmações grandiosas e mais perguntas concretas: quais riscos ambientais, sociais e de governança realmente afetam nosso negócio? Quais compromissos conseguimos manter? Onde estão as incoerências entre aquilo que comunicamos e aquilo que praticamos? Nossos líderes entendem essas políticas? Nossos funcionários conseguem percebê-las na experiência de trabalho? Esse caminho rende menos slogans, mas produz algo mais valioso: credibilidade.

O ESG pode mudar de nome, formato e prioridade. Empresas podem reduzir sua exposição pública sobre o tema. Governos mudarão, regulações serão revistas e pressões econômicas continuarão disputando espaço com compromissos de longo prazo. Uma empresa pode abandonar uma sigla, mas não consegue eliminar os efeitos das próprias decisões.

Longevidade empresarial nunca dependeu somente da capacidade de produzir bons resultados no presente. Uma liderança que pretende construir uma organização longa precisa considerar também as condições que permitirão continuar gerando valor daqui a dez, vinte ou cinquenta anos. Talvez seja justamente quando uma sigla deixa de ser tendência que descobrimos quais empresas realmente entenderam o que ela significava.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

EM PERÍODOS DE INSTABILIDADE, É NATURAL QUE EMPRESAS CONCENTREM ENERGIA NO QUE AMEAÇA O PRÓXIMO RESULTADO. O ERRO COMEÇA QUANDO URGÊNCIA E IMPORTÂNCIA PASSAM A SER TRATADAS COMO SINÔNIMOS

JUSTIÇA

Moraes se declara impedido de relatar ação sobre sua mulher

Ministro foi sorteado para relatar mandado de segurança que busca obrigar Davi Alcolumbre a mostrar informações de entradas e saídas de Viviane Barci e Daniel Vorcaro no Senado

Estadão Conteúdo

informações sobre as entradas e saídas da mulher do magistrado, a advogada Viviane Barci de Moraes, e do banqueiro Daniel Vorcaro das dependências do Senado.

Também foram pleiteados dados de outras autoridades. Com a decisão de Moraes, a ação deve ser sorteada novamente entre os outros nove ministros que compõem a Corte atualmente.

O pedido foi feito pelo vereador de Curitiba Gui-

lherme Kilter (Novo), candidato a deputado federal, após ter um pedido com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) negado pelo Senado. O argumento da negativa foi que os dados de acesso de pessoas às dependências da Casa Alta do Congresso são informações de caráter pessoal.

Após a negativa, Kilter acionou a Justiça Federal do Paraná, que declarou sua incompetência para julgar o caso. A juíza Thais Sampaio da Silva Machado enten-

deu que apenas o Supremo pode julgar um mandado de segurança contra a ação do presidente do Senado.

O processo foi protocolado no Supremo em 17 de setembro, e Moraes foi sorteado relator no dia seguinte.

Impeachment

Em paralelo a esse processo no STF, outro político, o candidato ao Senado por Santa Catarina Décio Lima (PT), apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta segunda-feira, 21, em entrevista à NDTV Record, em Florianópolis, que defende o impeachment de Moraes, caso seja comprovado envolvimento em irregularidades.

O petista disse, porém, que uma eventual responsabilização não deve se restringir a Moraes. “Já vi aqui outras declarações: vamos ‘impeachmar’ Alexandre de Moraes e passar cobertor em todo esse escândalo que o Brasil sofreu? Não. Eu quero ser senador para poder estar lá para ‘impeachmar’ os três, para cassar Flávio Bolsonaro, para fazer com que o povo brasileiro

recupere principalmente essa importância que é o STF e o próprio Congresso Nacional”, disse.

Décio se referia à crise no Supremo provocada pelas suspeitas reveladas no âmbito das investigações sobre o Banco Master. O plenário do STF discute a abertura de investigação sobre Moraes após a divulgação de mensagens atribuídas ao ministro e ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Indicações

O candidato defendeu que eventuais suspeitas sejam investigadas independentemente de quem indicou os integrantes da Corte. Décio lembrou que Moraes foi indicado ao STF pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) e citou ainda ministros nomeados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e integrantes da Corte indicados por Lula.

“Doa a quem doer, e Lula está afirmando isso a todo momento. Não há como acobertar alguém em um episódio dessa maneira. Nós queremos deixar muito claro que a nossa condição não será seletiva”, afirmou.

Alejandro Zambrana / STF



Com a decisão de Moraes, a ação deve ser sorteada novamente entre os outros nove ministros do STF

Dino mantém decreto de MG contra bets

Ministro rejeitou ação que o contra veto de publicidade de casas de apostas em bens públicos

Estadão Conteúdo

“conteúdo adulto” ou serviços de cunho sexual em bens públicos estaduais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Executivo. A decisão foi proferida nesta segunda-feira, 21.

A ação foi movida pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) contra o decreto editado em 20 de agosto deste ano pelo governador Mateus Simões (PSD). Para a entidade, o decreto é inconstitucional

porque invade a competência privativa da União para legislar sobre o tema.

Dino entendeu que as proibições previstas no decreto se limitam a bens públicos estaduais e a eventos apoiados pelo Executivo mineiro, por isso não invade a competência da União. “Do ponto de vista federativo, descabida seria a ideia de que a União poderia exercer tal competência, aniquilando o autogoverno do Estado de

Minas Gerais”, afirmou.

O ministro ainda ressaltou que “ninguém tem direito adquirido a receber um patrocínio ou um apoio para um evento privado, custeados com recursos públicos estaduais”.

Ao negar a ação, Dino também considerou que a livre iniciativa “não constitui princípio absoluto” e é condicionada à observância de outros direitos, como o da proteção à família, da redução da po-

breza, do direito do consumidor, da saúde pública e da segurança.

“A exploração de jogos de azar, quando desacompanhada de controle estatal, gera externalidades negativas que atingem precisamente esses vetores constitucionais: endividamento familiar, erosão patrimonial dos cidadãos, favorecimento de circuitos de lavagem de dinheiro e de sua instrumentalização pelo crime organizado”, afirmou.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino negou uma ação que pedia a suspensão do decreto do governo de Minas Gerais que veda a publicidade de bets, plataformas de

INTERNACIONAL

Em protesto contra Trump, TVs boicotam cobertura da Casa Branca

Redes de televisão americanas reagiram à decisão do presidente de barrar a CNN, a MS NOW e o site de notícias Politico sob a alegação de que fazem ‘reportagens falsas’

Divulgação / Casa Branca

Estadão Conteúdo

As principais redes de televisão americanas concordaram nesta segunda-feira, 21, em suspender uma rotação de jornalistas que cobrem o presidente dos EUA, Donald Trump, depois que a Casa Branca removeu a CNN, a MS NOW e o Politico da cobertura.

“A partir de hoje [segunda-feira], o pool de TV não cobrirá eventos designados como cobertura do presidente”, escreveu Bryan Boughton, chefe do escritório de Washington da Fox News, em um e-mail para os membros do pool. “Isso segue a posição da Casa Branca de impedir que a CNN cumpra suas funções designadas”.

Em comunicado, outros membros do pool - incluindo ABC, CBS, CNN e NBC - afirmaram que “o público tem um interesse vital em receber informações precisas e independentes sobre o governo” e que “nenhuma administração deve restringir uma organização de no-



Nesta segunda-feira, Trump tentou minimizar a polêmica enquanto as principais redes de televisão mantinham suas câmeras afastadas em protesto

tícias porque se opõe à sua cobertura”.

Nesta segunda-feira, Trump exibiu seu novo heliponto da Casa Branca, tentando minimizar uma polêmica sobre a Primeira Emenda, mesmo enquanto as principais redes de televisão mantinham suas câmeras afastadas em protesto.

Na semana passada, o republicano removeu a CNN, a MS NOW e o Politico dos terrenos da Casa Branca após alegar “anos de reportagens falsas”. “Mudanças de acesso não são novidade. O que é novo,

no entanto, é a alegação repentina de que se torna sagrado apenas quando os veículos são amigáveis à Esquerda Radical. A regra nunca foi ‘todos os veículos entram’. Sempre foi ‘nosso lado permanece’”, disse a Casa Branca em nota.

Os três veículos de notícias disseram que estão processando a administração Trump por causa da proibição. Em um comunicado conjunto nesta manhã, eles explicaram que haviam entrado com o processo para “proteger nossos direitos da Primeira Emenda e de-

fender o princípio de que o governo não decide o que a imprensa relata ou publica”.

Desaprovação recorde

A aprovação de Trump caiu para uma mínima histórica em toda a carreira política dele: apenas 32% dos americanos aprovam o segundo governo dele, iniciado em janeiro de 2025, de acordo com pesquisa Ipsos/Reuters. A desaprovação chegou a 66%.

A baixa foi puxada por uma queda entre os eleitores do partido Republicano,

liderado por Trump. Na pesquisa anterior, o presidente tinha 82% de aprovação entre os correligionários; agora, esse número caiu para 73%.

Na pesquisa anterior do mesmo instituto, a aprovação total de Trump estava em 35%, três pontos acima do resultado divulgado nesta segunda-feira, 21. Na primeira pesquisa do segundo mandato, logo após Trump assumir o cargo de presidente pela segunda vez, a aprovação era de 47%.

Apenas 17% dos entrevistados na nova pesquisa aprovaram a forma como ele tem lidado com o custo de vida - a principal questão que, segundo os americanos, determinará seu voto nas eleições de meio de mandato de 3 de novembro, quando o partido republicano de Trump tentará defender pequenas majorias no Senado e na Câmara dos Representantes.

A insatisfação entre os republicanos com relação ao assunto vem crescendo desde que Trump iniciou a guerra contra o Irã em 28 de fevereiro, o que provocou um aumento acentuado nos preços da gasolina e do diesel nos Estados Unidos.

China pune generais por corrupção

Eles foram expulsos do Partido Comunista por receberem dinheiro de maneira indevida

Estadão Conteúdo

A China expulsou do Partido Comunista Chinês o general de mais alta patente do país e outro alto comandante militar, acusados de corrupção e deslealdade após uma investigação que

durou meses, informou a imprensa estatal nesta segunda-feira, 21.

As expulsões do general Zhang Youxia, vice-presidente da poderosa Comissão Militar Central e segundo na hierarquia militar, atrás apenas do presidente Xi Jinping, e do general Liu Zhenli, chefe do Departamento do Estado-Maior Conjunto da comissão, são vistas como parte

de uma longa campanha de expurgo de autoridades militares e de combate à corrupção.

Os dois foram acusados de serem “desleais e desonestos com o Partido”, além de abusarem do poder para ajudar outras pessoas a obter promoções enquanto recebiam de forma indevida presentes e uma “enorme quantia em dinheiro”, informou a

agência estatal de notícias Xinhua.

Ambos “violaram gravemente a disciplina política e as regras políticas” e também não cumpriram seu dever de “supervisionar seus parentes e funcionários próximos”, afirmou a Xinhua. Os casos foram encaminhados à Promotoria Militar, segundo a agência de notícias.

O presidente chinês, Xi

Jinping, exigiu que os altos comandantes militares estejam livres de corrupção e demonstrem lealdade inabalável à liderança do Partido Comunista Chinês. “Não pode haver ninguém nas Forças Armadas que abrigue deslealdade ao (Partido Comunista Chinês, que governa o país)”, disse Xi em declarações publicadas pela Xinhua em março.

INTERNACIONAL

Nos EUA, Lula faz duras críticas ao Conselho de Segurança da ONU

Presidente afirmou que os países-membros — Estados Unidos, China, França, Reino Unido e Rússia — propagam mentiras em vez de solucionar as guerras que acontecem no mundo

Estadão Conteúdo

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta segunda-feira, 21, em entrevista para a CNN Internacional, que os cinco países que são membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) focam em disseminar mentiras em vez de encontrar a paz para conflitos em curso.

“Elas são responsáveis pelas maiores economias; possuem a tecnologia mais avançada, os maiores exércitos, as maiores marinhas e forças aéreas, o maior arsenal de bombas atômicas - elas têm tudo. São elas que deveriam acabar com as guerras e buscar a paz. Mas não. Elas apenas propagam mentiras”, afirmou Lula.

Ao falar dos conflitos atuais, em especial ao que ocorre na Faixa de Gaza, o presidente declarou que o mundo prefere gastar trilhões na indústria béli-

ca do que em áreas como saúde e educação.

Lula disse ainda que a principal prioridade deveria ser o fim da fome no globo. Para Lula, a incapacidade das lideranças globais em solucionar guerras ocorre desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

“Precisamos dar mais representatividade e legitimidade à ONU, pois hoje ela está desacreditada. O

Conselho de Segurança da ONU não funciona. A Organização Mundial do Comércio não funciona. A ONU não tem poder para evitar conflitos. Então, o que faremos com a ONU? Vamos dismantelar a ONU, uma instituição criada após a Segunda Guerra Mundial e que possui uma importância extraordinária? O que os líderes estão fazendo? Nada”, disse o petista.

Venezuela

Questionado sobre a situação na Venezuela, Lula criticou a postura adotada pelos Estados Unidos. Segundo o presidente, os americanos passam a ideia de que regem o país sul-americano e de que são chefes da presidente interina, Delcy Rodriguez. “Os EUA passam a ideia de que estão governando a Venezuela.

Essa é a mensagem que transmitem. Em todos os documentos que lemos, nos acordos, parece que os EUA são os chefes da Venezuela”, disse Lula.

O presidente também pontuou as falas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o controle do setor petrolífero venezuelano. Ao falar sobre o presidente deposto Nicolás Maduro, preso desde janeiro após a ação militar americana em Caracas, Lula disse que ele precisa ser julgado a partir de uma investigação séria.

“Trump gosta de afirmar que controla o petróleo da Venezuela para os EUA, de que eles pagam uma quantia pequena à Venezuela, e que tem tudo sob controle. Essa não é a melhor forma de conduzir as relações ou a política internacional dos EUA. Se Maduro cometeu um erro, ele precisa ser julgado. Ele tem que ser julgado, e precisamos apurar os fatos. É preciso haver uma investigação. Um país não pode simplesmente acusar outro”, disse Lula para a CNN Internacional.



Lula só aliviou no tom de suas falas nesta segunda-feira ao se encontrar com o prefeito de Nova York, Zohran Mamdani

Prefeito de NY faz elogios ao brasileiro

Estadão Conteúdo

O prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, declarou, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o brasileiro é uma inspiração. A reunião bilateral ocorreu poucas horas antes do encontro do prefeito com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O encontro foi na residência oficial do embaixador Sérgio França Danese, representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, onde Lula está hospedado.

Mamdani disse que conversou com Lula sobre como resolver os problemas sociais e contou que Nova York é uma cidade muito cara. “O custo de vida é um problema”, disse. “Nova York é a terceira cidade mais cara do mundo. Um em cada quatro nova-

iorquinos estão na pobreza”, disse o prefeito.

“Mamdani é um jovem de 34 anos que governa a cidade mais famosa no mundo. Aquela cidade que todo mundo quer conhecer. A primeira pergunta que fiz a ele foi se Nova York tem os problemas sociais que outros países tem”, disse Lula.

“Como Mamdani é uma pessoa muito jovem, espero que ele esteja preparado para seguir como um soldado na luta para diminuir a pobreza”, disse Lula,

pontuando que essa foi a primeira vez que se encontra com o prefeito da cidade, mesmo tendo visitado a cidade “dezenas e dezenas de vezes”.

Lula criticou os países que, em vez de investir em educação e saúde, estão investindo em armamentos. Citou Japão, Europa, como nações que estão aumentando os investimentos em armas. “Em vez de pregar a paz, estão pregando a guerra”, criticou Lula.

No fim da declaração à

imprensa, Lula e Mamdani trocaram camisetas de futebol. O presidente brasileiro presenteou o americano com uma camiseta de seu time, o Corinthians. Mamdani entregou uma camiseta de futebol, com New York City escrito no peito, feita especialmente para a Copa do Mundo.

Mamdani, um socialista democrático, tem sido um favorito e frequente alvo político para os republicanos. No entanto, Donald Trump tem sido frequentemente cordial com ele.